



Cristiana Correia Tarrafa

A Mulher, a Política e os *Media*

Dissertação de Mestrado em Estudos Europeus, orientado pela Doutora Isabel Maria Nobre Vargues, apresentado ao Departamento de História, Estudos Europeus, Arqueologia e Artes da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

Dezembro de 2015



UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Faculdade de Letras

A Mulher, a Política e os *Media*

Ficha Técnica:

Tipo de trabalho	Dissertação de Mestrado
Título	A MULHER, A POLÍTICA E OS MEDIA
Autor	Cristiana Correia Tarrafa
Orientadora	Professora Doutora Isabel Maria Guerreiro Nobre Vargues
Identificação do Curso	2º Ciclo em Estudos Europeus
Área científica	Estudos Europeus
Data	2015



Foto da capa retirada de: http://www.notibras.com/site/wp-content/uploads/2015/03/c2a396_9d6fb0bfb43d482a92dfa7d0e24e1de7.jpg

*O homem é a mais elevada das criaturas
A mulher é o mais sublime das ideias.
O homem é capaz de todos os heroísmos
a mulher, de todos os martírios.
O heroísmo enobrece, o martírio sublima.
O homem é um código
a mulher é um evangelho
o código corrige, o evangelho aperfeiçoa.
O homem é um tempo, a mulher é o sacrário
ante o templo nos descobrimentos,
Ante o sacrário nos ajoelhamos.
O homem pensa, a mulher sonha.
Pensar é ter, no crânio, uma larva,
Sonhar é ter, na fonte, uma auréola.
O homem é a aguia que voa,
A mulher o rouxinol que canta.
Voar é dominar o espaço,
Cantar é conquistar a alma.
Enfim, o homem esta colocado onde termina a terra,
A mulher, onde começa o céu.
No entanto, a mulher cansou de ser penas o rouxinol que canta
resolveu também voar e dominar o espaço.*

Victor Hugo (1802-1885)

*Para a minha mãe,
Que o céu seja o local do nosso reencontro.*

AGRADECIMENTOS

Uma caminhada destas só foi possível com o apoio da minha família, dos meus amigos e, claro, da minha orientadora, a Doutora Isabel Maria Guerreira Nobre Vargues.

Desde já agradeço à Professora Doutora Isabel Vargues pela orientação e pelo apoio que me tem dado. O seu saber, espírito crítico, a atenção e o carinho que dedicou à orientação desta Dissertação. Um muito obrigado.

À Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, que viabilizou e tornou possível a realização deste Mestrado.

Ao Professor António Martins da Silva pela sua luta constante na construção do curso de Estudos Europeus e do Mestrado em Estudos Europeus.

À minha mãe, onde estiveres eu agradeço-te por teres lutado por mim, por nunca teres desistido de mim. Ao meu pai e à minha irmã Micaela, pois numa brincadeira surgiu o tema desta Dissertação. À minha irmã Cristina pelo apoio e ao resto da minha família.

Obrigada também à Mila, onde estiveres, sei que vais estar a sorrir com a minha mãe.

À minha “prima”, Paula Ramalho, por se ter tornado um suporte fundamental para a minha, a voz da razão e do conhecimento.

À minha amiga/irmã Lisa Gonçalves que me tem vindo a aturar ao longo do meu percurso universitário. Onde em 5 anos muito nos rimos, muito choramos, mas ambas permanecemos uma na vida da outra.

Um agradecimento especial ao meu namorado, Ricardo, pela paciência que este teve enquanto eu escrevia a minha dissertação.

E a todos os outros que são fundamentais a minha vida, muito obrigada, obrigada pela compreensão e pelos puxões de orelhas. Obrigada.

Índice

Índice de imagens.....	7
SIGLAS E ACRÓNIMOS UTILIZADOS	8
Resumo.....	9
Abstract	10
Introdução	11
I. Uma síntese sobre o papel da mulher na sociedade (finais do séc. XIX e inícios do séc. XX) 14	
1. A “fada do lar”	17
2. Feminismo(s).....	23
3. DIA INTERNACIONAL DA MULHER.....	38
4. O PODER DA MULHER: O DIVÓRCIO	30
5. Cidadania e os direitos das mulheres	43
II. A MULHER E A POLÍTICA NA EUROPA	48
III. O CASO DE PORTUGAL: AS MULHERES, A CONQUISTA DO DIREITO DE VOTO E A SUA MISSÃO NA POLÍTICA	58
1. Primeira mulher a votar em Portugal	59
2. A Primeira ministro Presidente de Portugal – Maria de Lourdes Pintasilgo e o seu pensamento político	63
IV. Síntese conclusiva: os Media e a sua influência.....	69
1. OS MEDIA E SUA INFLUÊNCIA	70
2. COMO OS MEDIA APRESENTAM AS FIGURAS FEMININAS NA POLÍTICA	75
3. MULHERES EM RELAÇÃO AOS MEDIA	77
CONCLUSÃO	87
BIBLIOGRAFIA	93
WEBGRAFIA.....	100
ANEXOS	112

Índice de imagens

Imagem 1 - Maria Deraimes	19
Imagem 2 - Storm Jameson.....	20
Imagem 3 – Uma coquete.....	21
Imagem 4 - Charles Fourier.....	22
Imagem 5 - Hubertine Auclert.....	23
Imagem 6 - Mary Wollstonecraft.....	24
Imagem 7 - Crime de Montreal.....	28
Imagem 8 - Propaganda anti-sufragista.....	47
Imagem 9- Emmeline Pankhurts.....	48
Imagem 10 - <i>Congresso Internacional de Mulheres pela Paz</i>	50

Siglas e acrónimos utilizados

- CEM – Comissão para o Estatuto da Mulher;
- CEDM – Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contras as Mulheres;
- FAO – Organização das Nações Unidas para alimentação e agricultura;
- OIT – Organização internacional do Trabalho;
- ONGs – Organizações não-governamentais;
- ONU – Organização das Nações Unidas;
- U.E. – União Europeia;
- UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura;
- UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância;
- UNIFEM – Fundo de desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher;
- USPM – União Social e Política das Mulheres;
- WID – Movimento Mulheres no desenvolvimento.

Resumo

E se o mundo fosse só dos Homens? Qual a influência que as mulheres têm? Esta dissertação pretende fundamentar a ideia de que a Mulher tem vindo a desenvolver e a intensificar o seu papel no Mundo, tanto socialmente como profissionalmente.

Ao longo dos séculos, a mulher tem vindo a evoluir na sua estrutura enquanto ser humano, mãe e trabalhadora. No entanto, essa evolução não tem existido sem entraves, pois a sociedade ainda a vê maioritariamente como mãe/doméstica.

Este trabalho demonstra como, cada vez mais, se intensifica o poder da mulher na sociedade e na política, além de como os *media* reagem perante esta mudança social. Como vêem e apresentam a mulher política, em que difere a apresentação que fazem do homem político e como podem facilitar ou complicar a vida destas mulheres que optaram por uma carreira, maioritariamente, masculina.

A ideia de uma mulher desempenhar um cargo político ainda é mal vista e pouco aceite. Contudo, o mundo tem vindo a conhecer cada vez mais mulheres no poder, tais como Angela Merkel, Indira Gandhi e Margareth Thatcher vieram fundamentar o seu poder e modificar as opiniões públicas.

Apesar disso, os *media* têm um grande poder e influência, e não têm vindo a retratar de forma justa e semelhante as mulheres, sobretudo as de áreas políticas. Utilizam mais a sua propaganda para falar sobre elas enquanto mulheres e não enquanto detentoras de cargos políticos, quer estejam a atuar de forma considerada correta ou incorreta. Assim sendo, este estudo vem apresentar uma nova mulher que, cada vez mais, procura um lugar na sociedade, uma mulher trabalhadora, independente, responsável e académica. Uma mulher dos sete ofícios.

Palavras-chaves: mulher, feminismo, mulher política.

Abstract

What if the world belonged to men only? What influence do women have? In this work I intend to fundament the idea that women have been developing and intensifying their role in the world, both socially and professionally.

Throughout the centuries, women have been changing in their roles as wives, mothers and workers. However, we verify that they have been faced with many obstacles along this road, once society still views women as mainly mothers/housewives.

In this work, I will demonstrate how the power of women in society and politics is increasing more and more every day, and how the media react to this social change. How the media see and present female politicians, how is this representation different from the one they make from male politicians, and how the media can make things easier or more difficult to women who have opted for a traditionally male career.

The idea of a woman in a political career is still negatively regarded and has little acceptance; however, this global village has been knowing more and more women in political power, such as Angela Merkel, Indira Gandhi, Margaret Thatcher, just to name some, who have fundamented their power and changed public opinion.

However, the media have great power and influence, and these do not show women in politics in a fair and equal way, especially women in politics, because they use their propaganda to refer to them as women and not as people with important ranks in politics, whether their action is considered to be good or bad.

Having this in mind, this study will present a New Woman looking for more space in society, a working woman, independent, responsible and academic, a multitasker.

Keywords: woman, feminism, woman politician.

Introdução

O presente trabalho pretende oferecer um contributo para o estudo da participação das mulheres na vida pública e política nas sociedades contemporâneas.

No mundo atual presenciamos, cada vez mais, uma evolução humana e humanitária. Desde muito cedo verificámos que o mundo, apesar de injusto, está a tentar melhorar. Nesta sentido, vemos o caso da Mulher, que tem visto ser alterado o seu papel: tem vindo a conquistar um papel essencial para a nova aprendizagem do que é ser um ser humano com direitos igualitários.

Posto isto, este trabalho nasce de um processo de análise e pesquisa de quanto a mudança em torno da relevância do feminino é importante para a sociedade ocidental europeia. Neste contexto, pretendemos encontrar resposta para a seguinte questão: Qual foi a importância da mulher ao longo das sociedades, nomeadamente ao longo do século XX e como contribuiu para a construção da sociedade que encontramos nos dias de hoje? Os *media* são amigos ou inimigos?

A Mulher foi, ao longo de muitos anos e em muitas sociedades apenas creditada como um ser doméstico e nada mais. Contudo, esta visão tem sofrido mudanças ao longo dos séculos e a Mulher passa de mãe a professora, jornalista, engenheira, política ou muitos outros cargos que antes eram considerados adequados apenas para homens. Neste estudo, a intenção é demonstrar que, ainda hoje, a mulher é objeto de segundo plano. Para isso, retrataremos a figura da Mulher, a Mulher na política e como os *media* a representam.

Quando a Mulher está a iniciar uma carreira política, esta não vai apenas competir com os seus concorrentes masculinos, mas também com os estereótipos da sociedade, muitos deles vindos diretamente dos *media* e da representação que estes fazem da mulher como sendo, apenas, um ser representativo da casa e da família.

Os desafios globais fazem-nos pensar sobre as conquistas da mulher ao longo dos anos, muitas mulheres começaram a governar pelo mundo mas ainda existe muito a ser conquistado. Há já vários séculos que as mulheres lutam em todos os continentes, procurando uma oportunidade para participar de forma integral na vida política, económica e cultural dos seus países. Ao longo da História, a mulher foi considerada como um ser submisso e indefeso, colocada numa situação de dependência da figura

masculina, como a do pai, a do irmão ou do marido. Já o homem é associado à ideia de autoridade, devido à sua força física e poder de mandar, e com isso passou a assumir o poder dentro da sociedade. Isso estruturou-se no que chamamos de sociedade patriarcal, sendo fundamentada no domínio do homem sobre as decisões da família, o chefe do lar.

A partir deste estudo podemos observar as mulheres em todos os segmentos da sociedade. Há uma grande necessidade de combater as desigualdades entre mulheres e homens e começa cada vez mais a haver movimentos de mulheres para representar esta nova mulher. A história apresenta-nos movimentos na busca da igualdade e reconhecimento da diferença e os *media* têm vindo a ser relevantes para a temática pelos movimentos de mulheres.

Assim, procuraremos demonstrar a importância que as mulheres têm, questionando: Quais são as suas influências? O quanto são importantes? Será que os *media* representam as mulheres igualitariamente aos homens? Será que as mulheres têm menos capacidades do que os homens? O que aconteceu para que esta sociedade seja assim? Até que ponto os *media* produzem uma cultura de género que fala pelas preocupações masculinas mais do que pelos interesses das mulheres? Como é que as audiências interagem com os textos mediáticos nas suas diferentes formas?

A forma como as representações mediáticas das mulheres eram sustentadas fundamentava os *media*, juntamente com instituições como escolas, a religião e a família tornando-as assim fundamentais para o conhecimento público. O género que iremos retratar permitirá uma maior consciência no poder?

A persistência da imagem persegue as mulheres, que se pode observar pela forma como os meios de comunicação persistem numa desigualdade relativa às mulheres e é isso que pretendemos demonstrar, dado que o papel da mulher na vida política assenta em fatores de ordem cultural, aos quais se associa uma imagem feminina, de grosso modo, através do papel da mulher na família e da sua inserção socioeconómica.

A presente dissertação pretende interagir com várias áreas disciplinares como a História, o direito, a Sociologia, entrando, portanto, num domínio interdisciplinar, além de convocar e invocar a teoria política feminista e o papel dos *media*, procurando-se compreender quais as imagens que estes constroem sobre as mulheres políticas.

O presente trabalho divide-se em quatro capítulos. O primeiro: Uma síntese sobre o papel da mulher na sociedade (finais do século XIX e XX) no qual se pretende

representar historicamente a mulher e a sua evolução, deste modo a escolha da época contemporânea para este estudo.

O segundo capítulo fala da mulher e a política na Europa: representa-se a mulher e as suas ideias, anexando bibliografias de políticas. Neste sentido, revela-se pertinente usar relatórios da União Europeia.

Já no terceiro capítulo, centramo-nos no caso de Portugal, nomeadamente no papel da mulher na política no século XX. Neste contexto, retratamos um caso português: Maria de Lourdes Pintasilgo e a lei da paridade em Portugal. Por fim, o quarto capítulo oferece uma síntese conclusiva sobre os *media* e a sua influência.

O presente trabalho contempla os referidos quatro capítulos, bem como os devidos agradecimentos, o resumo e palavras-chave, introdução, conclusão, bibliografia, *webgrafia*, anexos. Para que a concretização do mesmo fosse possível, foram utilizados métodos indutivos e dedutivos, analíticos e comparativos como metodologia de base.

Uma síntese sobre o papel da mulher na
sociedade (finais do séc. XIX e inícios
do séc. XX)

Para compreender o papel da mulher na sociedade, entre os finais do século XIX e os anos iniciais do século XX, importa definir a conceito de género, para distinguir o feminino do masculino. Este conceito surge nas primeiras décadas do séc. XIX, no contexto de consolidação da emergente sociedade burguesa. Defendia-se um discurso de domesticidade, onde só atribuíam à mulher a identidade de mãe e de esposa. Relativamente ao homem, representavam-no como figura pública, cidadão, trabalhador e chefe de família, provedor de economia familiar e único sujeito político. Neste sentido, estabelecia um discurso de masculinidade e feminilidade onde se regulava a subordinação feminina.

O sistema de género apoiou-se num conjunto de leis e de normativas oficiais que regulavam a situação de subalternidade feminina. Ainda que existissem diferentes regimes jurídicos nos diferentes países, no seu conjunto, até ao final do séc. XIX, e em muitos casos até aos inícios do séc. XX, o preceito de género foi regulado pela legislação estabelecida, marcando de forma desnecessária a situação de dependência feminina e de inferioridade perante a lei. As leis da Alemanha, França, Itália, Grã-Bretanha, Estados Unidos ou Espanha estabeleciam o princípio de domínio masculino e de desigualdade feminina. As mulheres careciam de direitos políticos e civis. Sofriam de restrições no que diz respeito ao acesso à propriedade, ao direito hereditário, à educação, ao desempenho profissional e ao trabalho assalariado. A presença das mulheres nos espaços públicos estava limitada, já que exista uma subjugação legal intransponível da mulher casada e relação ao marido.¹

As mulheres viam os seus direitos diminuídos pois, o domínio masculino encontrava-se enraizado em leis que consolidavam os valores da sociedade, como por exemplo, o código civil francês, outorgado por Napoleão em 1804, seguido em países europeus como a Itália, os Países Baixos, a Suíça, a Bélgica e a Espanha se regiam por este código civil:

O marido deve à sua esposa protecção, e a esposa deve ao seu marido obediência; (...) A esposa (...) não pode dar, facilitar ou hipotecar ou adquirir

¹ Mary Nash, *As Mulheres no Mundo. História, desafio e movimentos*, Tradução Liliana Roma Pereira, Editora Ausência, Gaia, 2005, p.28.

*propriedades, (...) sem que o marido participe na transacção ou dê o seu consentimento por escrito*²

Durante o séc. XIX e grande parte do séc. XX, as mulheres viram-se privadas de direitos civis e políticos sendo representadas como menores e incapazes:

*Se a mulher está casada, encontra-se civilmente morta perante os olhos da lei. É despojada de todo o direito à propriedade, inclusive aos jornais que compra. É convertida num ser moralmente irresponsável, já que, com a única condição de que não sejam cometidas ofensas contra o marido, poderá cometer todo o tipo de delitos. No contrato de matrimónio exige-se obediência ao marido, convertendo-se este, para todos os efeitos, em seu amo, já que a lei lhe reconhece o direito de privar a mulher da liberdade e submetê-la a castigos. As leis do divórcio foram dispostas de tal maneira que não se tem em conta a felicidade da mulher (...) e, em caso de separação, quanto à designação de quem deverá ficar com a custódia dos filhos, a lei atribuía, como em todos os casos, a supremacia ao homem e deixa o poder nas suas mãos.*³

A crescente secularização de ideias produziu uma deslocação da base religiosa para a base da ciência. Nesse sentido, a ciência veio diferenciar o discurso de género, pois *esta autoridade moderna concedia legitimidade e objectividade científica a posturas fundamentalmente ideológicas, que justificavam as diferenças humanas em termos de desigualdade.*⁴ A ideia de que a ciência ia trazer um novo pensamento sobre a mulher revelou-se o oposto. Se anteriormente se referiam à mulher como objeto do homem, a ciência veio fomentar a ideia de que o homem era considerado um ser superior, enquanto a mulher era um ser dependente, subalterno, definido em função do homem e biologicamente reprodutora deste.

*O homem e a mulher não têm direitos iguais nem os mesmos deveres, à excepção daqueles que são comuns à espécie humana. A mulher, pela sua natureza, não deve nem pode ter as mesmas ocupações do homem. Estas ideias que se apoderaram de ti por um momento desgraçar-te-iam, porque destroem e aniquilam os laços da família.*⁵

² Mary Nash, ob. cit. P.28.

³ *Idem, Ibidem*, p.29.

⁴ *Idem Ibidem*, p.33.

⁵ *Idem Ibidem*, p 36.

1. A “fada do lar”

A ideia de que a mulher era considerada um ser inferior, criou um protótipo de mulher-modelo que era representado como “fada do lar”.

O dever mais preocupante (...) se não o mais importante da vida de casado, é a dedicação aos filhos (...) Para cumprir (...) estes deveres, uma mulher deve ser doméstica. O seu coração deve estar em casa. Ela não deve procurar nenhum tipo de emoções, mas deve retirar prazer da ocupação na esfera que lhe é atribuída.⁶

A domesticidade da mulher foi efetivada com numerosas publicações, tanto na literatura como em novelas, relatos, literatura para mulheres e textos modernos de caráter médico e científico:

(...) a mulher na família: ela é o coração idolatrado que por todo o lado espalha o suave perfume do seu amor: é o factor essencial que sempre obtém resultados positivos: é o sol radiante de luz que vem trazer-nos notícias de felicidade: é a rainha, que com as suas ricas vestes e preciosas jóias, coloca sobre a sua cabeça imaculada a coroa do império, impugnando com mão firme e segura o ceptro da sua autoridade; diante dela, de cabeça inclinada e com o joelho dobrado, o orgulho, a altivez e a sensualidade do homem.⁷

Neste sentido, a mulher era a rainha do seu lar, onde a sua dedicação era a sua missão sagrada:

O bem estar da família depende da mulher, (...) A mulher é o governo da casa, é o elemento primordial, cuja influência repara perdas e quebrantos, conserva a fortuna adquirida, inculca ideias de moralidade, lembra a cada indivíduo os seus deveres e tudo isso (...) com o formoso prestígio do amor, (...) A mulher simboliza a administração da casa e este nobre destino incorpora uma legítima glória do sexo da

⁶ *Idem, Ibidem*, p.39.

⁷ *Idem, Ibidem*, p.41

*doçura. Indubitavelmente, a mulher exerce influência sobre o homem, a ordem social e, portanto, podemos considerar como axioma a afirmação de que os povos devem muito à mulher.*⁸

Perante isto, podemos verificar que a mulher regularizava e administrava a sua casa. Como doméstica, tinha de dominar uma série de conhecimentos para a sua função de “fada do lar”, um trabalho árduo que implicava conhecimento para a realização das tarefas caseiras.

*Saber confeccionar a sua própria roupa; lavar e passar a ferro linho fino ou musselina, incluindo camisas e colarinhos; saber fazer sabão e saber quanto tempo é necessário para lavar (...) toda a roupa que é preciso lavar numa família; saber (...) fazer tartes simples e pudins; cozinhar verduras e carne; confeccionar pão (...); ter conhecimento (...) dos remédios mais básicos para os acidentes ou doenças mais vulgares; (...) a estes aspectos essenciais acrescentamos ainda a música e o canto, (...) bons conhecimentos de história moderna europeia e americana, e de geografia, não somente um conhecimento de dados, mas também das diferentes situações, climas, catástrofes naturais e religiões (...) A aritmética deve ser bem entendida, e (a mulher deverá ter) o hábito de fazer rápidos cálculos mentais, (...) nos gastos diários e semanais e nas necessidades de uma família ou indivíduo. Uma atenção muito especial aos conhecimentos de inglês escrito e falado é também essencial.*⁹

Tendo em conta o exposto, pode-se afirmar que a mulher era bastante importante e essencial para o homem. O seu trabalho era tão ou mais importante do que o do seu cônjuge, porém o trabalho doméstico era considerado como aptidão natural das mulheres, fazendo com que não fosse visto como um trabalho. Durante o séc. XIX, o trabalho caseiro ainda era reconhecido. Contudo, no séc. XX passou acreditar-se que os conhecimentos adquiridos como naturais, da mulher, estavam incorretos e que esta deveria ter formação profissional, registando-se assim uma mudança de prestígio da figura de mãe e de esposa.

⁸ *Idem, Ibidem*, p.43.

⁹ *Idem, Ibidem*, p.44.

*Qual é a vocação do homem? Ser um bom cidadão. E da mulher? Ser uma boa esposa e mãe. O homem pertence, de algum modo, ao mundo exterior. A mulher está confinada ao interior.*¹⁰

Estabelece-se assim uma oposição entre mulher e homem. A família via a mulher como esposa e administradora do lar, o homem era identificado como alguém pertencente ao espaço público

*A mulher exerce sobre a família influência sem limites. A beleza e a sedução de que está dotada a mulher move vontades e, com tão preciosos dotes, arrasta as pessoas para o bem ou para o mal. (...) O pai mostra o bem e reprime as más tendências; a mãe promove os bons sentimentos e ensina a amar. Quando a mulher falha então agradável dever, o dano é quase sempre irreparável e vai crescendo gradualmente. A mulher, encarregada do governo e da administração interior da casa, é o eixo da família; quando esse eixo se esmorece ou sai fora dos eixos, a família fica em perigo e, por fim é arruinada.*¹¹

Nestes moldes, a mulher que não desempenhasse corretamente as suas funções, representava uma séria ameaça à felicidade da sua família. Esta situação não ocorria unicamente no mundo burguês, também no operariado a mulher era representada como doméstica. Nesta altura, a mulher era sujeita ao homem e, ter independência económica, era considerado uma subversão à ordem



Imagem 1 - Maria Deraimes

Fonte:

http://www.masoneriadh.org/site/images/varios/maria_deraimes.jpg

¹⁰ *Idem, Ibidem*, p.45.

¹¹ *Idem, Ibidem*, p.46.

fundamental da família, desrespeitando a supremacia masculina no seu seio. Desta forma, os operários apelavam ao seu poder masculino para que as mulheres não pudessem trabalhar.

A ideia de “fada do lar” foi sendo desmistificada por feministas francesas, entre as quais Maria Derailles¹², que considerava um estereótipo sumamente prejudicial para as mulheres:

*De todos os inimigos da mulher, digo-vos que os piores são aqueles que insistem na ideia de que a mulher é um anjo. Dizer que a mulher é um anjo é impor-lhe, de uma forma sentimental e admirável, todos os deveres, e reservar para si mesmo todos os direitos; é pressupor que a sua especialidade é auto-anulação, resignação e sacrifício; é sugerir-lhe que a glória maior de uma mulher, a sua maior felicidade é sacrificar-se pelas pessoas que quer bem; (...) É dizer que a mulher responderá ao absolutismo com submissão, à brutalidade com a doçura, à indiferença com a ternura, à inconstância com a felicidade, ao egoísmo com devoção.*¹³

A representação das mulheres vai sofrendo retificações em diferentes países. Com as modernizações e as modificações nas estruturas económicas, sociais e demográficas, os discursos relativos às mulheres vão sofrendo alterações. Essas mudanças foram mais acentuadas a partir da Primeira Guerra Mundial. A “fada do lar” deu lugar à “nova mulher moderna”. Com a guerra, a imagem da mulher modificou-se, pois impulsionou novas crenças acerca da mulher, inovou uma renovação espiritual, psíquica, maternal e assexuada, transformando assim um modelo feminino com novos padrões de género.



Imagem 7- Storm Jameson

Fonte:

<http://www.nndb.com/people/886/000101583/storm-jameson-1.jpg>

Gerações antes da nossa tinham falado

¹² **Marie Adélaïde Derailles**, conhecida como Maria Derailles (1828-1894) Nasceu em França na zona de Paris no seio de uma família abastada que lhe proporcionou uma educação com professores particulares. Feminista, livre-pensadora, oradora, “mulher de letras” admirou Voltaire, estudou a Bíblia, por conta própria, assim como os livros sagrados das religiões orientais. Publicou artigos em jornais famosos sempre defendendo os direitos da mulher, o que lhe valeu a fama de polémica e de apostola dos direitos femininos.

¹³ Mary Nash, *As Mulheres no Mundo. História, desafio e movimentos*, Tradução Liliana Roma Pereira, Editora Ausência, Gaia, 2005, p.52.

*fervorosamente, mas sem a nossa confiança e as nossas ilusões. A diferença entre nós e elas é que nós sabíamos que estávamos na fronteira de uma nova era (...) de justiça social, liberdade, paz perpétua. A nossa liberdade intoxicava-nos, não havia nada que não pudéssemos fazer, nenhum caminho estava fechado para nós, nenhuma barreira neste mundo de iguais.*¹⁴

Este foi o testemunho de Storm Jameson¹⁵, mulher boémia que vivia na rebelião cultural, militante feminista com novas ideias e novos ideais. Esta mulher moderna originou uma remodelação na estrutura familiar, dando assim origem a uma redução de taxas de natalidade, pelo aumento do trabalho assalariado feminino e algumas transformações nas relações de género.

Assim sendo, a nova mulher moderna instaurou-se na sociedade. Com o evoluir do séc. XX começam a surgir novas tecnologias (o fogão a gás, o frigorífico, o aquecedor, o aspirador) e também a cultura de massas começa a progredir. O cinema de Hollywood vem retratar outras imagens da mulher. Esta evolução veio verificar-se em vários pontos do mundo. Enquanto na Europa este progresso feminino era denominado por “Nova Mulher Moderna”, nos Estados Unidos da América era retratado como “New Woman”, dando origem a um conflito de ideias. Já na Alemanha, a nova mulher existia antes da Primeira Guerra Mundial, no entanto foi durante os primeiros anos da República de Weimar (1918-1933) que esta definição se generalizou, não só com mulheres de classe média, como também com as mulheres trabalhadoras. Este revigorar de ideias trouxe uma maior eficácia produtiva e económica.

Na Itália, este processo incorporou-se de elementos



Imagem 8 – Uma coquete

Fonte:

<http://www.descontosideiasinovadoras.com/wp-content/uploads/2014/08/soutien-historia-grande.jpg>

¹⁴ Mary Nash, *As Mulheres no Mundo. História, desafio e movimentos*, Tradução Liliana Roma Pereira, Editora Ausência, Gaia, 2005, p.55.

¹⁵ **Margaret Tempestade Jameson** (1891 -1986) foi uma jornalista e autora inglesa, conhecida pelos seus romances e pelas suas críticas.

conservadores e fascistas, muito diferentes dos modelos anteriormente referidos.

(...) [D]o padrão internacional deste modelo, caracterizava-se pelo cabelo curto, o corpo delgado, etéreo e estilizado de forma masculina, com saia mais curta, elegante e sofisticada. Possuía, também, a máxima expressão de modernidade: um cigarro entre os lábios pintados. Coquete e de acentuada sexualidade; mostrando o decote; frívola e dependente da moda, duma estética moderna, juvenil e dinâmica; a nova mulher (...) era retratada como alguém que não possuía aquilo que era essencialmente feminino: o desejo de ser mãe, base da feminilidade. Este modelo evocava um tipo de mulher diferente da tradicional matrona, mãe e dona de casa circunscrita ao lar, já que a figura da modernidade feminina era construída nos discursos jornalísticos, científicos e nas narrativas da época, os quais apresentavam jovens solteiras cheias de dinamismo e vitalidade, desempenhando as novas actividades modernas femininas: empregadas de escritório, dactilógrafas, desportistas, ciclistas e condutoras ou mulheres de cabaret.¹⁶

Em Espanha, o papel social da mulher desenvolvia-se a partir da maternidade definida com base na feminilidade. Dessa forma, ser mãe impedia que recebessem remuneração, ou seja, não lhes possibilitavam ter um lugar de trabalho:

Portanto, para nós não há dúvidas de que a mulher deve ser mãe antes de tudo, esquecendo tudo se for preciso; e ele, por irrecusável obrigação do seu sexo; como homem deve aplicar a sua energia ao trabalho criador pela mesma lei irrecusável da sua sexualidade varonil. Ouçamos outra vez a voz de Deus, insistente e terna: «Tu, mulher, parirás; tu, homem, trabalharás».¹⁷

No entanto, esta nova mulher veio sustentar um paralelismo legítimo face à religião. O vazio



Imagem 9- Charles Fourier

Fonte: http://s.fixquotes.com/files/author/charles-fourier_ea9Fex.png

¹⁶ Mary Nash, *As Mulheres no Mundo. História, desafio e movimentos*, Tradução Líliliana Roma Pereira, Editora Ausência, Gaia, 2005, p.57.

¹⁷ *Idem, Ibidem*, p.61.

existente entre a noção da representação das mulheres, enquanto indivíduo passou a um princípio de igualdade e de objetivos de transformação em relação ao gênero. Com a evolução da sociedade, o gênero teve que se reformular e se ambientar a uma subalternidade feminina ao longo do séc. XX.

2. Feminismo(s)

O termo feminismo emergiu em França, nos finais do séc. XIX. Este conceito não estava associado a movimentos de mulheres, surgindo pelo socialista utópico francês Charles Fourier¹⁸, por volta de 1830. No entanto, a historiadora Karen Offen indica-nos que a atribuição da localização do termo foi inconclusiva. Nesse sentido, a



Imagem 10 - Hubertine Auclert

Fonte: http://www.autostraddle.com/wp-content/uploads/2013/09/hubertine_auclert.jpg

feminista francesa Hubertine Auclert¹⁹ refere-se a si própria como inventora do termo. Foi fundadora da primeira sociedade francesa de sufrágio feminino, usou a expressão “feminismo” e denunciou uma estratégia de independência para as mulheres:

*Aqueles que nos negam a nossa igualdade agora, negá-la-ão também no futuro. Portanto, temos que contar apenas conosco para alcançar-mos a nossa liberdade; não devemos abandonar as nossas reivindicações. Durante séculos temos sido demasiadamente vítimas de me fé, de modo que não nos podemos esquecer de nós por mais tempo, nem crer que ao trabalharmos pelo bem comum conseguiremos a nossa parte desse bem comum.*²⁰

A palavra “feminismo” tem, na sua raiz, o termo latino *femina, ae*, que significava mulher. O seu sufixo, *ismo*, advém do moderno conceito que designa um movimento político equiparado a movimentos sociais e correntes políticas.

¹⁸ **François Marie Charles Fourier** nasceu dia 7 de Abril de 1772 em Paris e morreu no dia 10 de Outubro de 1837 foi um socialista francês. Foi um crítico de economia e do capitalismo.

¹⁹ **Hubertine Auclert** nasceu na França em 10 de Abril de 1848 e morreu em 8 de Abril de 1914 foi uma militante feminista francesa em favor de direito das mulheres e o direito do sufrágio.

²⁰ Mary Nash, *As Mulheres no Mundo. História, desafio e movimentos*, Tradução Líliliana Roma Pereira, Editora Ausência, Gaia, 2005, p.63.

“O feminismo estava ligado à articulação política e à organização coletiva das mulheres e, como tal, estava associado à modernidade.”²¹ Foi nos finais do séc. XIX que na Europa, nos Estados Unidos, na Ásia e na América Latina que a palavra se generalizou. Em 1914, o termo já se encontrava difundido nos meios políticos e sociais:

*Chegou o tempo de definir o feminismo; já não é possível ignorá-lo. O germen está no sangue das nossas mulheres. O princípio, no coração da nossa geração. A palavra está diariamente presente nos nossos jornais.*²²

A definição e a redefinição de feminismo é um processo que sofreu várias alterações. E em vários países foi retratado de diferentes modos, ou seja, o contexto político, social, cultural e académico influenciaram o modo de interpretar o feminismo:

*(...) o feminismo histórico deveria englobar forçosamente a demanda do sufrágio feminino e dos direitos políticos, muitos movimentos de luta por determinados direitos das mulheres ficaram excluídos (Nash, 1994^o). (...) Isto significa reconhecer a capacidade das mulheres se auto-definirem como feministas, ainda que a sua definição não se enquadre nos moldes habituais do feminismo. Implica, também, abordar os movimentos das mulheres a favor dos seus direitos, segundo a perspectiva das suas capacidades de renegociar a ordem de género estabelecida, enquanto agentes históricos.*²³



Imagem 11- Mary Wollstonecraft

Fonte:

<http://f.tqn.com/y/womenshistory/1/S/J/m/3/Mary-Wollstonecraft-x-162279570.jpg>

A autora Mary Wollstonecraft²⁴ defende uma aplicação dos princípios iluministas a um discurso liberal:

Podem-me acusar de arrogante, mas, de qualquer maneira, devo dizer que acredito com firmeza que todos os escritores que trataram o tema da educação e dos

²¹ *Idem, Ibidem*, p.64.

²² *Idem, Ibidem*, p.64.

²³ *Idem, Ibidem*, p.68.

²⁴ **Mary Wollstonecraft** nasceu em Londres no dia 27 de Abril de 1759 e morreu no dia 10 de Setembro de 1759. Foi uma escritora inglesa do século XVIII, assim como filósofa e defensora dos direitos das mulheres.

*modos femininos, desde Rousseau até ao Dr. Gregory, contribuíram para que as mulheres se tornassem mais artificiais, personalidades débeis – que, de outro modo, não teriam sido – e, como consequência, membros mais inúteis da sociedade.*²⁵

O feminismo desperta com a Revolução Francesa, surgindo um coletivo de mulheres que reivindica os seus direitos. O discurso para a revolução baseou-se nos princípios da liberdade, igualdade e fraternidade, impondo um papel fundamental para as mulheres francesas, que se encontravam impossibilitadas de ter uma voz.

*As mulheres do Terceiro Estado nascem quase todas sem fortuna; a sua educação é muito descuidada ou muito perversa: consiste e envia-las para a escola, onde um professor, que nem sequer sabe a primeira língua que lecciona (...) lhes ensina a trabalhar; quando chegam aos quinze ou dezasseis anos podem ganhar cinco a seis soldos por dia. Se a natureza não as abençoou com beleza, casam-se, sem dote, com desgraçados artesãos vegetam penosamente nos confins das províncias e dão vida a crianças que não têm condições de poder criar. Se, pelo contrário, nascem formosas, sem cultura, sem princípios, sem nenhuma ideia de moral, convertem-se em presas do primeiro sedutor que lhes apareça, cometem uma primeira falta, vêm a Paris para enterrar a sua vergonha, acabando por perdê-la, por completo, e morrer vítimas da libertinagem.*²⁶

Flora Tristán refere que os princípios feministas não foram realçados de forma correta, pois as mulheres não foram levadas em conta. Havia um paralelismo entre a situação da mulher e a classe operária:

*Reclamo direitos para a mulher, porque estou convencida de que todas as desgraças do mundo provém deste esquecimento e despreço que, até hoje, existiu em relação aos direitos naturais e imprescritíveis da mulher. Reclamo direitos para a mulher, porque esse é o único meio para que se preste atenção à educação desta, e porque da educação da mulher depende a do homem em geral, e particularmente, a do homem do povo.*²⁷

²⁵ Mary Nash, *As Mulheres no Mundo. História, desafio e movimentos*, Tradução Liliana Roma Pereira, Editora Ausência, Gaia, 2005, p.71.

²⁶ *Idem, Ibidem*, p.74.

²⁷ *Idem, Ibidem*, p.88.

Desta forma, a educação das mulheres era bastante importante, uma vez que fomentava a ideia de que estas deveriam auto dominar para um maior desenvolvimento enquanto seres humanos.

O Seu objetivo era revolucionar o mundo e a sua presença foi crucial nos movimentos sociais. O movimento das mulheres tem vindo a reunir esforços:

*Activistas ou organizações que não se consideram feministas, ou têm entendimentos conflituantes dos feminismos [incluindo] grupos de mulheres conservadoras ou tradicionais que se concentram nas diferenças entre mulheres ou nas contribuições distintas enquanto mães ou prestadoras de cuidados, desde que esses grupos tenham por objectivo a melhoria do estatuto da mulher ou partilhem objectivos semelhantes.*²⁸

O feminismo baseia-se na atitude de mobilização consubstanciada que procura desafiar a subordinação da mulher ao homem, ao identificar as mulheres como líderes e intervenientes dos movimentos para melhorar a sua situação. Apesar de ser um movimento de mulheres, muitos homens apoiam-nas, tornando-se aliados destas.

*(...) os movimentos de mulheres nos movimentos sociais, maioritariamente femininos na sua composição e liderança, enquanto redes sociais colectivas e individuais com objectivos comuns, que se debatem com desafios políticos, interagem com as elites, oponentes ideológicos e autoridades, e que recorrem à acção colectiva como estratégia para a satisfação dos seus interesses. Entendemos os movimentos de mulheres como um conjunto de actos colectivos que reúne participantes individuais e colectivos femininos que pretendem ter voz no espaço público e na tomada de decisões, sendo a base das suas acções a luta por problemáticas que afectam particularmente as mulheres.*²⁹

Embora o discurso político que mobiliza categorias identitárias tenda a cultivar identificações a serviço de um objectivo político, pode ser que a insistência em

²⁸ Marta Pires Machado Costa Peça, *Os movimentos de mulheres em Portugal. Uma análise da noticiabilidade na imprensa portuguesa*, dissertação de Mestrado em Sociologia, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2010, <https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/12644/1/Marta%20Peca%20-%20Os%20movimentos%20de%20mulheres%20em%20Portugal..pdf>, visualizado em 12 de Fevereiro de 2015, p.17.

²⁹ *Idem, Ibidem*, p. 19.

*des-identificações seja igualmente crucial para a rearticulação da contestação democrática. De facto, pode ser precisamente através da prática que sublinhem des-identificação em relação às normas regulatórias pelas quais a diferença sexual é materializada que políticas feministas sequer são mobilizadas. Tais des-identificações colectivas podem facilitar a reconceptualização de que corpos estão em questão, e que corpos ainda estão para emergir como corpos críticos.*³⁰

Desta forma há premissas femininas que requerem uma reflexão:

- *A conceção que há simbioses entre os termos mulher, género e feminismo;*
- *O conceito de género onde a descoberta, a reinvenção e a dialética de um processo que em diferentes culturas existem vários tipos de pessoas;*
- *O feminismo em ONG's*

Estas premissas fazem com que haja uma institucionalização dos feminismos e do discurso sobre mulher e género. Torna assim o feminismo como um movimento globalizado.

Em 1989, um homem chamado Marc Lépine entrou armado no Departamento de Engenharia da École Polytechnique em Montreal, no Quebec. Dividiu a sala em homens e mulheres e começou a disparar sobre estas gritando “feministas” matando assim 14 mulheres e ferindo outras e vários homens que o tentavam parar. A imprensa retratava-o como um “monstro”

Twenty-five years ago, an armed man walked into Montreal's Ecole Polytechnique, separated the students by gender and then started shooting. Marc Lepine killed 14 women and injured 10 other women and four men before killing himself. His suicide note was a misogynist rant that blamed feminists for ruining his life.

³⁰ Tatau Godinho, Maria Lúcia Silveira, *Políticas públicas e igualdade de género*, São Paulo, <http://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/05630.pdf>, visualizado em 14 de Maio de 2015, p.158.

Among the national debates that it sparked was one about violence against women. (...)If anything, today's National Day of Remembrance and Action on Violence Against Women provides a bitter reminder of how glacially slow and incredibly difficult it is to change attitudes that have been embedded for centuries.³¹



Imagem 12- Crime de Montreal

Fonte:

<http://www.vancouversun.com/life/Montreal+massacre+remembrance+bitter+reminder+little+changed+with+video/10444640/story.html>, visualizado em 5 de Julho de 2015

3. DIA INTERNACIONAL DA MULHER

As mulheres têm vindo a lutar, há já vários séculos, por uma oportunidade para participar de forma integral na vida política, económica e cultural. Foi preciso que 129 mulheres fossem trancadas e queimadas vivas dentro de uma fábrica nos Estados Unidos para que a luta pelos seus direitos passasse a ter importância.

A ideia de criar o Dia da Mulher surgiu nos primeiros anos do século XX, nos Estados Unidos e na Europa, no contexto das lutas femininas por melhores condições de vida e trabalho, bem como pelo direito ao voto. A ideia de instituir o Dia Internacional da Mulher surge no contexto da Segunda Revolução Industrial e da Primeira Guerra Mundial, quando ocorre a incorporação da mão-de-obra feminina, em massa, na indústria. As condições de trabalho, frequentemente insalubres e perigosas, eram motivo de frequentes protestos por parte dos trabalhadores, e muitas manifestações ocorreram em várias partes do mundo, destacando-se Nova Iorque, Berlim, Viena e São Petersburgo.

O Dia Internacional da Mulher, 8 de março, é associado a dois fatos históricos que teriam dado origem à comemoração. O primeiro deles seria uma manifestação das operárias do setor têxtil nova-iorquino ocorrida em 8 de Março de 1857, quando trabalhadoras ocuparam uma fábrica, em protesto contra as más condições de trabalho.

³¹The Vancouver Sun, Montreal massacre remembrance a bitter reminder of how little has changed, Dezembro de 2014, <http://www.vancouversun.com/life/Montreal+massacre+remembrance+bitter+reminder+little+changed+with+video/10444640/story.html>, visualizado em 5 de Julho de 2015.

A manifestação teria sido reprimida com extrema violência. Segundo essa versão, as operárias foram trancadas dentro do prédio, o qual foi, então, incendiado. Em consequência, cerca de 130 mulheres morreram. O outro acontecimento é o incêndio de uma fábrica, ocorrido na mesma data e na mesma cidade. Não existe consenso historiográfico quanto a esses dois factos, nem sequer sobre as datas, o que gerou mitos sobre esses acontecimentos.

Na antiga União Soviética, durante o Estalinismo, o Dia Internacional da Mulher tornou-se elemento de propaganda partidária. Nos países ocidentais, o Dia Internacional da Mulher foi comemorado no início do século, até à década de 1920. Depois, a data foi esquecida por longo tempo e somente recuperada pelo movimento feminista, já na década de 1960. Na atualidade, a celebração do Dia Internacional da Mulher perdeu parcialmente o seu sentido original, adquirindo um carácter festivo e comercial.

O ano de 1975 foi designado pela ONU como o Ano Internacional da Mulher e, em Dezembro de 1977, o Dia Internacional da Mulher foi adotado pelas Nações Unidas para lembrar as conquistas sociais, políticas e económicas das mulheres.

*A data de comemoração do dia das mulheres é simbólica. No entanto, é uma boa maneira de inserir o debate sobre os direitos das mulheres e colocar o tema na agenda. Por exemplo, é importante que as políticas públicas permitam a discussão nas escolas sobre igualdade de condições para os géneros.*³²

O Dia Internacional da Mulher foi proposto por Clara Zetkin, em 1919, no II Congresso Internacional de Mulheres Socialistas, a delegada alemã editora do jornal socialista “ A Igualdade” propôs a celebração do Dia Internacional da Mulher Trabalhadora. Existe uma omissão da verdade histórica do dia, todavia, as mulheres não passaram a ter os mesmos direitos:

Qualquer mulher pode ser directora de um jornal. Algumas chegaram a sê-lo. Em teoria é assim. Mas a prática é outra coisa. Na prática, as mulheres

³² Afirma Karina JanzWoitowicz, doutora em Ciência Humanas na área de Estudos do Género da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG).

*têm dificuldade em chegar ao topo e encontram obstáculos de toda a espécie quando querem atingir uma posição de destaque.*³³

As mulheres são associadas à esfera privada onde não atingem mais facilmente a agenda mediática, como o caso político, desporto e economia. Os *media* representam de forma efémera o sexo feminino no Dia Internacional da Mulher, dado que nesses dias as mulheres entram mais facilmente na agenda mediática por terem efetivamente, um dia dedicado a si, o que faz com que logo aí possamos verificar que há uma discrepância social.

Na atualidade, perante a lei da maioria dos países ditos civilizados, não existe qualquer desigualdade entre um homem e uma mulher. No entanto, a prática demonstra que ainda persistem muitos preconceitos em relação ao papel da mulher na sociedade. Produto de uma mentalidade ancestral, ao homem ficava mal assumir as lidas domésticas, o que implicava para a mulher que exercia uma profissão fora do lar a duplicação do seu trabalho. Hoje as mulheres estão integradas em todos os ramos profissionais, mesmo naqueles que, ainda há bem pouco tempo, apenas eram atribuídos aos homens, nomeadamente a intervenção em operações militares de alto risco.

4. OS DIREITOS DAS MULHERES

Os direitos das mulheres nascem num movimento igualitário desencadeado pela Revolução Francesa de 1789. À época as mulheres fizeram diversas denúncias contra a situação de inferioridade que viviam em relação aos homens.

No século XX dá-se a eliminação do estatuto jurídico de inferioridade das mulheres. O primeiro país a reconhecer o direito ao voto foi a Nova Zelândia, em 1893, seguindo-se a Austrália, Finlândia e Noruega. Entre 1914 e 1939, as mulheres adquiriram o direito ao voto em mais 28 países. Todavia, somente após a Segunda Guerra Mundial que alguns países ocidentais, como a Itália e a França, admitiram as

³³Carla Braga Cerqueira, A imprensa e a Perspectiva de Género. Quando elas são notícia no Dia Internacional da Mulher, Universidade do Minho, <http://obs.obercom.pt/index.php/obs/article/viewFile/101/153>, visualizado em 30 de Março de 2015, p. 4.

mulheres no corpo eleitoral. O último país ocidental a reconhecer às mulheres o direito de votar foi a Suíça, em 1971, e ainda assim não em todos os seus cantões.

Desde modo, quando este movimento começou a ganhar mais força a Assembleia Geral das Nações Unidas declarou o ano de 1975 com o Ano Internacional das Mulheres.

Passou a haver assim os Direitos da Mulher com o objetivo de cada mulher ver reconhecidos os seus direitos. Contudo, alguns lugares ainda não aceitaram reconhecer esses direitos e assim a Organização das Nações Unidas (ONU) tem vindo, cada vez mais, a lutar por esses direitos, que são:

- Direito à vida;
- Direito à liberdade e à segurança pessoal;
- Direito à igualdade e a estar livre de todas as formas de discriminação;
- Direito à liberdade de pensamento;
- Direito à informação e à educação;
- Direito à privacidade;
- Direito à saúde e à protecção desta;
- Direito a construir relacionamento conjugal e a planejar sua família;
- Direito a decidir ter ou não ter filhos e quando tê-los;
- Direito aos benefícios do progresso científico;
- Direito à liberdade de reunião e participação política;
- Direito a não ser submetida a torturas e maltrato;

Como anteriormente referido, ainda há países que não aceitam estes direitos, tais como os países em vias de desenvolvimento. As mulheres têm vindo cada vez mais a lutar pelos seus direitos. Contudo, infelizmente ainda há muitos problemas para resolver. O século XX trouxe muitos avanços na segurança Humana mas, apesar disso, há muitos conflitos na desigualdade e diferença de género. Quer os refugiados, quer as pessoas deslocadas internamente, a maioria dos quais são mulheres, idosas e crianças, precisam de protecção especial e para isso a intenção de ter uma segurança humana para

as mulheres: *A mulher nasce livre e goza de direitos iguais aos dos homens em todos os aspectos.*³⁴

Em 1888 foi fundado o Conselho Internacional das Mulheres com sede em Paris, participa ativamente no processo dos direitos das mulheres em conjunto com mais outras organizações não-governamentais. Em 1945 as Nações Unidas procuram participar na estrutura na implementação das mulheres como instrumentos e mecanismos dos direitos humanos. Em 1946 a Comissão para o Estatuto da Mulher (CEM) foi criada com mandato a promover os direitos das mulheres em todo o mundo. Tem havido ao longo das décadas muita cegueira relativamente aos direitos das mulheres. Foi apenas a partir dos anos 70 que as Nações Unidas decidiram iniciar a Década para as mulheres das Nações Unidas: Igualdade, Desenvolvimento e Paz. E em 1979 surgiu a Convenção sobre a eliminação de todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres (CEDM), documento que foi o mais importante para a proteção e promoção dos direitos das mulheres e reconhecendo as mulheres como seres humanos plenos:

*Art.º1 da Convenção como “qualquer distinção, exclusão ou restrição baseada no sexo que tenha como efeito ou como objectivo comprometer ou destruir o reconhecimento, o gozo ou o exercício pelas mulheres, seja qual for o seu estado civil, com base a igualdade dos homens e das mulheres, dos direitos humanos e das liberdades fundamentais nos domínios, políticos, económico, social, cultural e civil ou em qualquer outro domínio.”*³⁵

A CEDM obriga os Estados a:

- Incorporar o princípio da igualdade dos homens e mulheres nas respetivas constituições nacionais ou outra legislação apropriada;
- Assegurar a realização prática do princípio da igualdade;
- Adotar medidas legislativas apropriadas ou outras, incluindo sanções se oportunas, proibindo toda a discriminação contra as mulheres;
- Estabelecer a proteção legal dos direitos das mulheres numa base da igualdade com os homens;

³⁴ Artigo 1º. Declaração dos Direitos da Mulher à Rainha. 1791

³⁵ *Direitos Humanos das mulheres, declaração de Pequim e Plataforma de acção 1995*<http://www.fd.uc.pt/hrc/manual/pdfs/E.pdf>, visualizado em 17 de Maio de 2015, p. 197

- Abster-se do envolvimento em qualquer ato ou prática de discriminação contra as mulheres e assegurar que as autoridades e as instituições públicas atuarão em conformidade com esta obrigação;
- Tomar todas as medidas adequadas para eliminar a discriminação contra as mulheres por qualquer pessoa, organização ou empresa;
- Revogar todas as disposições penais nacionais que constituam discriminação contra as mulheres;
- Assegurar o total desenvolvimento e o progresso das mulheres tendo em vista garantir-lhes o exercício e a satisfação dos direitos humanos e das liberdades fundamentais numa base de igualdade com os homens;
- Modificar os padrões sociais e culturais de conduta dos homens e mulheres;
- Eliminar preconceitos e costumes e todas as outras práticas baseadas a ideia de inferioridade ou superioridade de qualquer um dos sexos ou em papéis estereotipados para homens e mulheres;
- Garantir que a educação da família inclua a compreensão correta da maternidade como uma função social e o reconhecimento da responsabilidade comum dos homens e das mulheres na educação e desenvolvimento dos seus filhos, reconhecendo que o interesse das crianças é a consideração primordial em todos os casos;
- Tomar todas as medidas adequadas para reprimir todas as formas de tráfico de mulheres e exploração da prostituição feminina;
- Garantir às mulheres o direito de voto em todas as eleições e referendos públicos e de serem elegíveis, em todos esses atos, por eleição;
- Garantir às mulheres os mesmos direitos dos homens para adquirir, mudar ou conservar a sua nacionalidade;
- Assegurar às mulheres os mesmos direitos dos homens no campo da educação.

Em 1999, surge o Protocolo Opcional à Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres, que contém dois procedimentos:

- O procedimento de participação permite que mulheres, individualmente ou através de grupos de mulheres, submetam ao Comité participações de violações de direitos protegidos pela Convenção. O protocolo estabelece que para que as participações individuais sejam admissíveis para consideração pelo Comité,

estejam preenchidos diversos critérios, por exemplo, que se tenham esgotado as soluções domésticas.

- O protocolo também estabeleceu um procedimento de inquérito, permitindo ao Comité iniciar inquéritos a situações de violações graves ou sistemáticas dos direitos das mulheres. Em qualquer um dos casos, os Estados têm de ser parte da Convenção e do Protocolo. O protocolo inclui uma “cláusula de auto-exclusão”, permitindo aos Estados que declarem, aquando da ratificação ou adesão, que não aceitam o procedimento de inquérito.³⁶

A conferência Mundial sobre Direitos Humanos em 1993 que teve lugar em Viena, declarou que a participação das mulheres na vida política, civil, económica, social e cultural se tornou objetivo prioritário da comunidade internacional. A Comissão para o Estatuto da Mulher (CEM) organizou quatro conferências globais: México, Copenhaga, Nairobi e Pequim. Após esta conferência lançou-se um Plano de Ação com medidas políticas para que os Estados considerassem a igualdade entre mulheres e homens. Neste contexto, surge a Plataforma de Ação de Pequim que constitui o programa mais complexo dos direitos das mulheres onde se insere na pobreza, educação, saúde, violência, conflitos armados, economia, tomada de decisão, mecanismos institucionais, direitos humanos, meios de informação, ambiente, sistema institucional e financeiro.

Várias etapas foram percorridas desde que os governos dos países ocidentais começaram a auto-reformar-se, alterando a legislação no sentido de proibir a discriminação das mulheres, instaurando o princípio da igualdade de todos perante a lei. A interdição do voto foi a primeira discriminação legal a ser erradicada, seguindo-se as condições de remuneração e posteriormente as questões do acesso e do tratamento no emprego.³⁷

Hoje em dia as políticas de igualdade têm vindo a ter ações positivas que definem disposições transitórias, que procuram acabar com a discriminação ocorrida. Os princípios liberais vêm fundamentar as políticas de igualdade que produzem normas e procedimentos para produzirem efeitos diferentes em relação a igualdade. Assim sendo, têm vindo a promover um ambiente saudável que não seja discriminatório pois abre

³⁶ Os direitos humanos através de um olhar sensível ao género empoderamento das mulheres, <http://www.fd.uc.pt/hrc/manual/pdfs/E.pdf>, visualizado em 3 de julho de 2015

³⁷Tatau Godinho, Maria Lúcia Silveira, *Políticas públicas e igualdade de género*, São Paulo, <http://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/05630.pdf>, visualizado em 14 de Maio de 2015, p. 78

novos pensamentos para as práticas sociais. Desta forma aponta uma estratégia do *mainstreaming*, uma forma de reformismo estatal onde o Estado tenta melhorar-se. No entanto, não são só os Estados que têm que melhorar, as agências internacionais e as organizações não-governamentais têm que se sujeitar a novas mudanças. Isso tem vindo acontecer ao longo dos anos: a primeira desenrolou-se na década de 1980, numa estratégia neoliberal, onde os Estados só pensavam em si próprios e onde não se aceitavam novas ideias. Já na segunda fase, a de hoje em dia, a mudança está a cargo dos setores da sociedade com capacidade de intervenção no Estado. Esta situação que vem de uma erosão do Estado onde se tem vindo a verificar uma erupção do chamado terceiro setor³⁸ onde as suas organizações sociais têm finalidades sociais. São designadas com organizações-não-governamentais (ONGs) que aumentaram de 220, em 1990, para 1210 em 1993 e em 1991 para 5186.

A comunicação entre Estados e as organizações tem vindo a sofrer processos, isto tudo porque há uma crescente ameaça global e uma interdependência entre Estados, iniciada com a Guerra Fria que vem, também, credibilizar as instâncias internacionais. A globalização veio expor as desigualdades sociais onde a necessidade de intervir e impedir o colapso da sociedade era maior:

*As instâncias transnacionais, governamentais ou não, adquiriram nestes quadros uma visibilidade e centralidade inusitadas, pelo que a sua acção tem vindo a merecer a atenção especialmente dos estudos sobre as mulheres e da ciência política. O escrutínio tem abarcado os seguintes aspectos: o papel da União Europeia (U.E.) e das restantes instâncias intergovernamentais, como a Organização das Nações Unidas (ONU), a Organização internacional do Trabalho (OIT) e o Conselho da Europa; a adequação dos instrumentos legais utilizados e sua efectividade (...); o impacto das políticas económicas do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional, etc.; a natureza e a extensão das acções positiva; o papel dos governos nacionais na regulação social; a acção das organizações transnacionais de mulheres etc.*³⁹

Desta forma a ação destas organizações tem vindo a ser gratificante de forma que a agenda política de igualdade tem vindo a aumentar.

³⁸Terceiras setor- são todas as iniciativas privadas de utilidade pública com origem na sociedade civil. Setor que define diversas organizações sem vínculos diretos com o primeiro setor (o Estado) e o segundo setor (o mercado)

³⁹Tatau Godinho, Maria Lúcia Silveira, *Políticas públicas e igualdade de género*, São Paulo, <http://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/05630.pdf>, visualizado em 14 de Maio de 2015, p. 4382

Desde muito cedo que as mulheres lutam pela sua igualdade das organizações internacionais. Marie Goegg foi a primeira mulher em 1868 a participar nessa luta na conferência para a Paz de 1899 e 1907, em Haia. Em 1868 e 1986, quinze organizações intergovernamentais retratam as questões das mulheres e 336 organizações e redes internacionais de mulheres. O lobbying é a prática que as organizações usam para uma que haja recetividade nas regras. Na União Europeia, o lobbying tem vindo aumentar fazendo com que haja um aumento da importância das organizações transnacionais de mulheres. Uma das mais poderosas destas ONGs é, sem dúvida, o Lobby Europeu de Mulheres:

Lobby Europeu das Mulheres (LEM) fundado em 1990 é a maior aliança de associações não-governamentais de mulheres na União Europeia. É constituída por organizações membros em todos os Estados-Membros da União Europeia e como 21 organizações membros à escala europeia que trabalham em áreas muito diversas e actividade. O LEM representa um total de mais de 2500 organismos.

Torna assim as políticas igualitárias para que haja uma troca de experiência e saberes e do aumento de redes feministas transnacionais:

*(...)eles servem para tomar consciência do que há a fazer e melhoram e reforçam a legitimidade da reivindicação das medidas de políticas adequadas a essa melhoria. Tal como os tratados, pactos e convenções ratificados internacionalmente, o Relatório do Desenvolvimento Humano dá força às reivindicações das mulheres em todo o mundo e contribui para as credibilizar aos olhos de todos, especialmente dos governos. Os movimentos sociais podem sempre apelar aos «nossos compromisso internacionais» para exigir intervenção e o mesmo podem os governos fazer para se defender dos ataques da oposição. O efeito de legitimação decorre de despolitização das reivindicações operada pela comparação com outros países.*⁴⁰

Neste sentido surge o Movimento Mulheres no Desenvolvimento (WID) em 1970, junto das Nações Unidas onde a sua ação de lobbying alerta para as estratégias de desenvolvimento entre homens e mulheres. Desta forma começaram a integrar as mulheres nas economias nacionais impondo assim políticas de igualdade. Começando com esta atitude nos Estados Unidos da América tanto a Suécia, a Noruega, o Canadá e

⁴⁰Tatau Godinho, Maria Lúcia Silveira, *Políticas públicas e igualdade de género*, São Paulo, <http://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/05630.pdf>, visualizado em 14 de Maio de 2015, p. 85.

a Holanda vieram a fomentar as políticas de igualdade através do Movimento Mulheres no Desenvolvimento.

Argumentava-se que a negligência do papel das mulheres como produtoras estava na base do insucesso de grande parte das políticas. Pensou-se, então, que o investimento na produtividade das mulheres teria um retorno em termos económicos e sociais- melhorando o acesso das mulheres à tecnologia e ao crédito, a produtividade do seu trabalho aumentaria e isso teria um impacto positivo no desenvolvimento nacional.⁴¹

No entanto, as coisas não correram como esperadas, pois esqueceram-se da preconização das relações de poder entre os sexos. Face a isso, criaram uma nova perspectiva onde o âmbito das políticas para a igualdade no emprego, as organizações internacionais e intergovernamentais fazendo com que os governos nacionais se sintam pressionados a fazer algo. Nesse sentido começaram a criar novas estratégias na educação, na cidadania, no combate à pornografia, ao tráfico de mulheres, à saúde, ao assédio sexual, à violação e à pobreza.

Na Conferência de Pequim elaboraram planos para a igualdade de mulheres e homens e estima-se que 70% dos países aceitaram esses planos. Neste sentido vieram a desenvolver os seguintes programas:

- Programa para o Desenvolvimento das Nações Unidas;
- Fundo das Nações Unidas para a População;
- Organização Mundial da Saúde;
- UNICEF;
- FAO;
- UNESCO.

Com base na plataforma definida na Conferência de Pequim saíram, diretrizes referentes a Conferência Mundial sobre as Mulheres:

⁴¹ Ibidem, p. 86

Violência	Criação de programas que atendem mulheres vítimas de violência doméstica e sexual.
Saúde	Implantação de programas de desenvolvimento de ações de sensibilização para a saúde da mulher
Raparigas e adolescentes	Reconhecimento de programas de proteção de raparigas e adolescentes com situações de risco.
Geração de emprego e rendimento e combate à pobreza	Apoio a projetos produtivos voltados à capacidade e organização das mulheres e criação de empregos.
Educação	Garantir acesso à educação
Trabalho	Garantir direitos laborrais e combate à discriminação. Reconhecimento do valor do trabalho não-remunerado e redução de sua carga horária.
Infra-estruturas urbanas e habitação	Construção de equipamentos urbanos priorizados por mulheres e garantia de acesso a títulos de propriedade da habitação.
	Reconhecimento relativo às mulheres da zona rural, nas políticas de distribuição de terras, de reforma agrária e de crédito para as atividades. Acesso a títulos de

Questão agrária	propriedade da terra.
Incorporação da perspectiva de género por toda política pública ou transversalidade	Reivindica-se incorporação da perspectiva de género por toda política pública de forma que a problemática das mulheres seja contemplada sempre que se formular e implementar uma política.
Acesso ao poder político e <i>empowerment</i>	Abertura de espaços de decisão à participação das mulheres, de modo a garantir que estas interferiram de maneira ativa na formação e na implementação de políticas públicas. Criação de condições de autonomia para as mulheres, envolvendo, mudanças nas relações de poder nos diversos espaços em que estão inseridas: no espaço doméstico, no trabalho, etc. ⁴²

Desta forma as organizações não-governamentais têm um papel importante pois ajudam os Estados como parceiros privilegiados, intervindo na da ajuda ao desenvolvimento da igualdade das mulheres. As ONG das mulheres alcançam, assim, maior estatuto na sociedade tais como:

- Women in Development Europe (WIDE);
- Women Working Worldwide (WWW);
- Development Alternatives with Women for a New Era (DAWN);
- Women's Environment and Development Organization (WEDO);
- Association of Women of the Mediterranean Region (AWMR);
- Women Living Under Muslin Laws (WLUML);
- Third World Movement Against Exploitation of Women (TW-MAE-W);

⁴² Realizada pela aluna

- Education Means Protection of Women Engaged in Recreation (EMPOWER).

Como já foi referido, após a Guerra Fria, as mulheres passaram a ser observadas de outra maneira devido ao “clima ideológico ter sido mais propício à produção do consenso entre as várias facções do movimento feminista, profundamente dividido e “hifenizado” durante os anos 1980, atenuando-se especialmente a convencional divisão Norte-Sul.”⁴³ Nesse sentido, fomentou-se a ideia de que a difusão dos movimentos feministas fez com que os princípios da igualdade se desenvolvessem. A União Europeia desenvolveu, assim, essa igualdade através das seguintes medidas:

- Aplicação do princípio da igualdade de remuneração entre a mão-de-obra masculina e feminina (1975);
- Concretização do princípio da igualdade de tratamento entre homens e mulheres no que se refere ao acesso ao emprego, à formação e carreira profissional e às condições de trabalho (1976);
- Princípio da igualdade de tratamento entre homens e mulheres em matéria de segurança social (1978).

No entanto, o autor Bob Reinalda defende que a igualdade surge a partir de um grupo de mulheres que desenvolveram uma espécie de “feminismo interestatal”⁴⁴, onde, para Reinalda, a ação de um pequeno grupo de mulheres foi muito importante e fundamental para a mudança organizacional que então se vivia na Comissão Europeia. Esta situação passou a ver os movimentos feministas como uma política de igualdade da União Europeia.

Joyce Outshoorn com a sua obra sobre a evolução política de igualdade na Holanda, fomenta um *Iron Triangle* (triângulo de Ferro):

⁴³Tatau Godinho, Maria Lúcia Silveira, *Políticas públicas e igualdade de género*, São Paulo, <http://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/05630.pdf>, visualizado em 14 de Maio de 2015, p. 90.

⁴⁴ “O autor refere-se em particular a uma mulher Jacqueline Nonon, que a partir da Direção Geral de Emprego, Relações Laborais e Assuntos Sociais, fez amplo uso dos estudos e das atividades de académicas como Evelyne Sullerot, Ursula Hirschmann e Eliane Vogel-Polsky e das suas próprias capacidades técnicas e táticas para, em articulação com um pequeno mas muito empenhado grupo de mulheres da então recentemente constituída Confederação Europeia de Sindicatos, influenciar a Comissão Europeia no sentido de propor especialmente a segunda e a terceira diretivas anteriormente referidas. – Tatau Godinho, Maria Lúcia Silveira, *Políticas públicas e igualdade de género*, São Paulo, <http://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/05630.pdf>, visualizado em 14 de Maio de 2015, p. 92

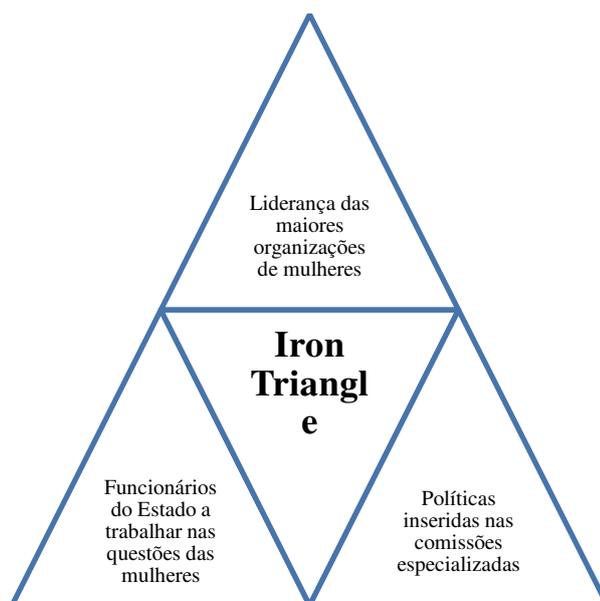


Ilustração 1 - Iron Triangle⁴⁵

Nesta representação percebe-se que muitos Estados não se revelam muito positivos para tal, para que deixem passar certos assuntos, tornando o feminismo interestatal e o estatal num problema burocrático - *é certamente mais fácil convencer um ministro da bondade de determinada iniciativa legislativa do que convencer todos os agentes do Estado (...)*.⁴⁶

Neste sentido será que o Estado é capaz de se reformar a si próprio perante a situação de igualdade? Perante isso formular os planos de igualdade seria fundamental, reorganizar organismos de poder central e local, criar sistemas e indicadores de acompanhamento da implementação das políticas seria o oportuno a fazer. Contudo, as organizações burocráticas têm vindo a dificultar esse assunto o *dispositivo da designação de conselheiras para a igualdade nos diferentes organismos estatais tem revelado algum potencial para o aconselhamento, mas verifica-se que raramente aquelas têm autoridade*.⁴⁷ Vemos, então, que há uma descentralização de poderes:

Quando centralmente se anuncia que cabe às instituições e organizações reverem as suas práticas, está a declarar-se qualquer regulação externa como

⁴⁵ Feito pela aluna.

⁴⁶ Tatau Godinho, Maria Lúcia Silveira, *Políticas públicas e igualdade de género*, São Paulo, <http://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/05630.pdf>, visualizado em 14 de Maio de 2015, p. 93

⁴⁷ *Idem, Ibidem* p. 94.

*desnecessária e intrusiva. Este processo é ainda potenciado pela descentralização de poderes. Contrariamente ao que poderíamos esperar, a descentralização institui-se geralmente num forte obstáculo à promoção das políticas de igualdade entre os sexos, dado que as estruturas locais oferecem ainda uma maior opacidade às questões das relações sociais entre os sexos.*⁴⁸

As decisões políticas tomadas não são devidamente acompanhadas para uma maior legalidade da situação tornando assim a igualdade num pretexto para os Estados saírem dos projetos sobre as mulheres dando assim uma maior importância à necessidade de fornecer formação a outros setores: (...) *mecanismos legais para a igualdade vêm, deste modo, a sua posição, já por si muito vulnerável no aparelho de Estado, anda mais fragilizada.*⁴⁹

No entanto, não é só o Estado que tem vindo a ter dificuldade pois várias organizações têm tido muitas dificuldades em aplicar as suas estratégias de modo a que numa análise a 417 projectos da ONU foi visualizado que os seus projetos não estavam a resultar porque havia falta de atenção pelos altos responsáveis às actividades que eram pretendidas. Contudo, também há autores que defendem que os projetos também não alcançam visibilidade porque as mulheres raramente constituem um grupo de reivindicação, ou seja, não se impõem. Isto faz com que muitos Estados não se importem com a mulher, já que esta não reivindica os seus direitos. Desta forma, é necessário reforçar o seu *empowerment* para que se possam valorizar de forma a que o seu *mainstreaming* aumente e seja, por sua vez, valorizado. Para isso é necessário que as organizações comecem a obedecer aos seus planos para que a democraticidade dos processos funcionem para que haja um maior funcionamento dos objetivos.

⁴⁸ *Idem, Ibidem* p. 94.

⁴⁹ *Idem, Ibidem* p. 95.

5. Cidadania e os direitos das mulheres

Nos finais do séc. XIX, a mulher não era um ser independente pois, estava sujeita ao seu pai ou ao seu marido. Não era, portanto, um ser livre com autonomia própria. Já o homem era considerado um cidadão e sujeito político ativo.

A cidadania é a prática dos direitos e deveres de um indivíduo. Os direitos e deveres de um cidadão devem andar sempre juntos. Este conceito teve origem na Grécia Antiga, sendo usado para que o indivíduo que vivia na cidade e ali participava ativamente fosse justo e que tivesse um conjunto de valores

sociais que determinavam o conjunto de deveres e direitos de um cidadão.

A exclusão das mulheres da cidadania fez com que estas lutassem pelos seus direitos. Os seus movimentos para o direito à cidadania, concederam um valor positivo à maternidade social e criticaram o monopólio masculino da política.

Em alguns países ocidentais que negavam o direito de cidadania às mulheres foram visíveis as datas tardias em que o sufrágio foi aceite. Na Grã-Bretanha, conservadores, liberais e trabalhistas, opuseram-se ao voto feminino, pois a entrada das mulheres nos seus postos deixava os seus monopólios masculinos inseguros. Defendiam que a entrada da mulher nesses postos iria retirá-la do seu lar, fazendo com que a sociedade patriarcal deixasse de existir. Esses anti-sufragistas reivindicavam o abandono destas perante a família e a liberdade sexual. Desta forma, criaram várias organizações anti-sufragistas constituindo a Liga Nacional Contra o Sufrágio Feminino, onde estes defendiam que todos os direitos das mulheres estavam bem representados

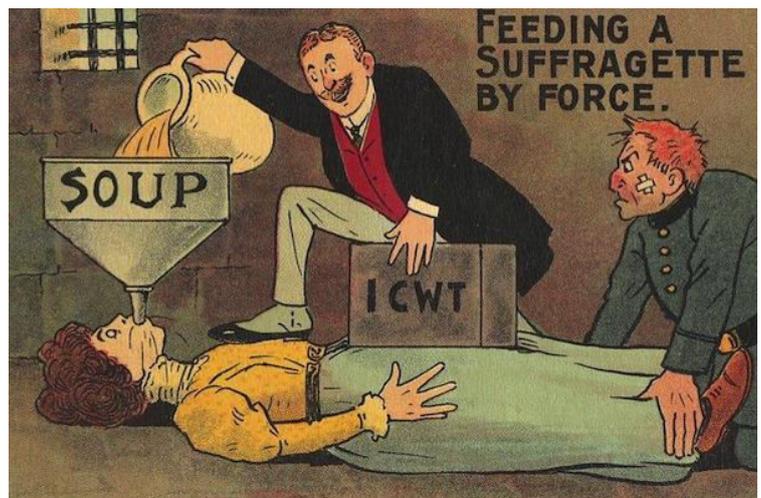


Imagem 13 - Propaganda anti-sufragista

Fonte: http://4.bp.blogspot.com/-8Rk_4ZeJKL8/UJhuL2mZgrI/AAAAAAAAAuI/U8Wsg6hidhQ/s1600/1+a+1+a+a+a+a+a+ae+na+gra+bretanha+sufragistas+faziam+greve+de+fome+e+eram+forcadas+a+c+omer+metodo+de+tortura.jpg

por eles: *enquanto este país estiver constituído como poder directivo de um vasto império, (...) é muito importante que a nossa política seja dirigida da forma masculina, viril – pode ser que seja de uma forma brutal e má – mas tem de ser dirigida desta forma e com vista aos mesmos objectivos das políticas das nações que competem.*⁵⁰

Sustentavam as suas ideias com propaganda anti-sufragista onde pretendiam ridicularizar as sufragistas. A imprensa era assim utilizada, como arma de descrédito contra as mulheres. Na rua, encontravam-se cartazes e postais que denegriam as feministas.

As sufragistas defendiam o princípio da igualdade de direitos em defesa do voto, sob as mesmas restrições socioeconómicas que aplicavam aos homens. As campanhas iniciais para o direito de voto foram dirigidas por Lídia Becker⁵¹, em 1890. No ano de 1897, Millicent Fawcett⁵² passou a ser a líder principal das sufragistas, adaptando uma postura de independência política, mas aliando-se ao trabalhismo. O seu objetivo passava por reivindicar o sufrágio feminino, contudo:

(...) não tendo armas políticas próprias ou poder económico, nem sequer uma base social comum, as constitucionalistas não possuíam uma campo específico para articular as suas exigências e alcançar as suas metas. Ao mesmo tempo, como mulheres respeitáveis, sujeitas a normas de conduta social de género e, portanto, ao decoro que era exigido a uma mulher, a sua intromissão na esfera pública e a sua capacidade de luta foram restringidas pelos padrões culturais da época. Em mais de quarenta anos de luta, não alcançaram o seu objectivo de sufrágio. A tenaz resistência dos governos e das forças políticas relativamente à concessão do voto às mulheres, apesar da sua capacidade de mobilização, gerou uma lógica radicalização do movimento que foi expressa, desde princípios do

⁵⁰ Mary Nash, *As Mulheres no Mundo. História, desafio*. Editora Ausência, Gaia, 2005, p.113.

⁵¹ **Lydia Ernestine Becker** mais conhecida por **Lydia B** sufragista, bem como um cientista amador com interesses

⁵² **Dame Millicent Fawcett Garrett** mais conhecida por intelectual, um líder política e sindical e escritora.



Imagem 14- Emmeline Pankhursts

Fonte:

<http://i1.mirror.co.uk/incoming/article1916136.ece/ALTERNATE/615b/Emmeline-Pankhurst-suffragette-who-fought-for-the-right-for-women-to-vote.jpg>

*século XX até à Primeira Guerra Mundial, pelo sufrágio radical militante.*⁵³

No decorrer dos anos, surge Emmeline Pankhursts⁵⁴ que cria a União Social e Política das Mulheres (USPM), tinha como objetivos o uso do poder “para estabelecer a igualdade de direitos e oportunidades entre os sexos, e para promover o bem-estar social e industrial da comunidade”⁵⁵. Enfatizavam as desigualdades sociais e o capitalismo, dando assim origem a um sufrágio radical que se converteu numa forte luta política. A partir de 1906, a USPM converteu-se num movimento separatista de mulheres, as suas campanhas militantes tornaram-se cada vez mais influentes:

*Cavalheiros, as vossas leis não nos prestam atenção. Nós colocamos a liberdade e a dignidade da mulher acima de todas essas considerações, e vamos continuar com esta guerra como o fizemos no passado; mas não seremos responsáveis pela propriedade que sacrificarmos, ou pelo prejuízo que a propriedade sofrerá por consequência. O Governo é o culpado de tudo isto, porque, apesar de admitir que as nossas petições são justas, se nega a satisfazê-las.*⁵⁶

Nesta onda, a filha de Emmeline Pankhursts, Chritabel Pannkhurts introduziu a estratégia de fazer constantes interrupções a políticos, conseguindo, desta forma, publicidade e cobertura da imprensa.

Posto isto, passaram a ocupar ruas, praticaram sabotagem, incendiaram lojas e estabelecimentos públicos e cometeram agressões, tais como lançamento de pedras ou de tomates. Com o agravamento do conflito, muitas sufragistas foram presas, provenientes da aristocracia, da burguesia e da classe trabalhadora. Desde 1908, o conflito provocado por esta luta de igualdade de voto, deu origem a uma questão política e social, tendo sido muito violenta. Com o início da Primeira Guerra Mundial, estes movimentos diminuíram, e por fim, em 1918, após a guerra, “*O sufrágio foi restabelecido pelos políticos em reconhecimento dos méritos conseguidos pelas mulheres na Grã-Bretanha com a sua dedicação à causa da guerra.*”⁵⁷

⁵³ Mary Nash, *As Mulheres no Mundo. História, desafio e movimentos*, Tradução Liliana Roma Pereira, Editora Ausência, Gaia, 2005, p.p.118.

⁵⁴ Emmeline Pankhurst (1858- 1928) foi fundadora do movimento britânico do sufrágio

⁵⁵ Mary Nash, *As Mulheres no Mundo. História, desafio e movimentos*, Tradução Liliana Roma Pereira, Editora Ausência, Gaia, 2005, p.119.

⁵⁶ *Ibidem*, p.119.

⁵⁷ *Ibidem*, p.122.

Assim, o feminismo convertia as mulheres em pessoas aptas para cuidar do bem-estar moral e social da comunidade, onde o voto era o reflexo do papel das mulheres enquanto mães e esposas que necessitavam de defender os seus.

No entanto, em países como a França, a Espanha e Itália, o sufrágio desenvolveu-se de uma maneira diferente. Contudo, com a Primeira Guerra Mundial,

“O militarismo constitui a maldição das mulheres, enquanto mulheres, desde o primeiro amanhecer da vida social. (...) a guerra criou a escravatura, o que teve consequências degradantes para as mulheres e uma dupla realidade de moralidade, da qual ainda não estamos totalmente livres: a guerra e a conseguinte escravatura das mulheres (...): a guerra provocou e perpetuou o predomínio do homem como animal militar que, desde o Parlamento, penetrou em todas as instituições sociais.”⁵⁸

Neste tempo de guerra, as feministas estabeleceram uma estreita associação entre guerra, feminismo e pacifismo. Desta forma, em 1915, criaram a Liga Internacional de Mulheres pela Paz e pela Liberdade (LIMPL):



Imagem 15- Congresso Internacional de Mulheres pela Paz

Fonte:

https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/a/a0/Women's_International_League_e,_5._1._1922.png

“As mulheres da LIMPL organizaram-se em defesa da paz e promoveram um feminismo anti-belicista a nível transnacional (Vellacott, 1993), baseado não só na condenação da guerra como também na associação da paz com a justiça social, a igualdade e os direitos humanos.”⁵⁹

Com o início da guerra, algumas sufragistas e feministas criaram redes de apoio contra o conflito, estabelecendo uma rede informal que propôs a convocação de um Congresso para a Paz. Em 1915, em Haia, surge o

“ (...) o Congresso Internacional de Mulheres pela Paz foi inaugurado em Haia, a 28 de Abril de 1915. Conseguiu reunir,

⁵⁸ Mary Nash, *As Mulheres no Mundo. História, desafio e movimentos*, Tradução Líliliana Roma Pereira, Editora Ausência, Gaia, 2005, p.148.

⁵⁹ *Ibidem*, p.148.

*apesar da feroz oposição e das desacreditações feitas pela parte da imprensa, um grupo de mulheres provenientes de países beligerantes e neutrais. As seções realizaram-se com a presença de 1.136 delegadas com o direito ao voto, representantes de organizações sufragistas, feministas e de mulheres da Alemanha, Áustria, Grã-Bretanha, Canadá, Dinamarca, Hungria, Itália, Holanda, Noruega, Suécia, e Estados Unidos. Também assistiram mulheres de zonas ocupadas, como a Bélgica. Aderiram, também, organizações de países neutrais, entre eles a Espanha, Índia, o Brasil, a Sérvia, a Polónia e a África do Sul.*⁶⁰

⁶⁰ *Ibidem*, p.150.

II. A MULHER E A POLÍTICA NA EUROPA

O papel e o estatuto da mulher na sua relação com o político, nomeadamente a sua eleição como deputadas ou como membros de governo na Europa, começou a alterar-se profundamente na época contemporânea. Antes a industrialização e o desenvolvimento capitalista tinham permitido ao homem um maior domínio, retraindo o processo de evolução da mulher e também no domínio da conquista de direitos políticos.

A alteração da condição social feminina e das relações sociais entre os dois géneros foi um dos objectivos adquiridos no século XX. No final do mesmo século, é de assinalar a consciencialização e o reconhecimento dos direitos das mulheres à igualdade, passando a construir um dos direitos humanos. A igualdade de género concedeu às mulheres o poder suficiente, “empowerment”, para que beneficiassem dos mesmos valores e interesses dos homens e proporcionassem o desenvolvimento social e pessoal das sociedades em que estavam inseridos. Esta transformação conceptual fomentou implicações no processo de luta pela igualdade de género entre os sexos. Para Manuela Silva, “ O estado moderno, que foi organizado com base na discriminação entre homem e mulheres, assenta numa espécie de tratado implícito de divisão sexual de papéis sociais que o provérbio popular sintetiza com precisão: « o homem na praça, a mulher na casa»” (SILVA, 2002:16-17). A revolução Industrial e a incrementação da mão-de-obra feminina foram os primeiros passos para “destruição” da concepção masculina na modernidade, pelo que as mulheres tiveram necessidade de assumirem a subsistência familiar e dar resposta às necessidades impostas pela produção industrial. Deste modo, as mulheres arcaram com as actividades até impostas pela produção industrial. Deste modo, as mulheres acaram com as actividades até então atribuídas aos homens e, desta forma, ficaram responsáveis pelo seu próprio sustento dos seus filhos.⁶¹

Em 1952, a ONU demonstrou o seu interesse pelos direitos das mulheres. As igualdades de oportunidades e as discriminações salariais tornaram-se problemas que deveriam ser resolvidos. Nos anos 60, a UNESCO adota a temática das desigualdades de género na educação, concedendo à ONU o cargo de protecção no trabalho. Em 1965 é apresentado aos países um processo para que adotem uma estratégia, com o intuito de

⁶¹ Catarina Filipa de Oliveira Teixeira, *O impacto das Mulheres na Vida Política: a Candidatura de Maria de Lourdes Pintasilgo às Eleições Presidenciais de 1986*, Universidade da Beira Interior, Ciências Sociais e Humanas, p. 3

promover a igualdade de oportunidade entre mulher e homem. Assim, em 1967, a ONU adota a “Declaração sobre a Eliminação da Discriminação contra as Mulheres”.

Nos anos 70 surgiram os Movimentos das Mulheres no Desenvolvimento (Women in Development –WID) onde a sua ação de lobbying alerta para as estratégias de desenvolvimento entre homens e mulheres. Desta forma começaram a integrar as mulheres nas economias nacionais impondo assim políticas de igualdade. Começando com esta atitude nos Estados Unidos da América tanto a Suécia, a Noruega, o Canadá e a Holanda vieram a fomentar as políticas de igualdade através do Movimento Mulheres no Desenvolvimento.

*“ Argumentava-se que a negligência do papel das mulheres como produtoras estava na base do insucesso de grande parte das políticas. Pensou-se, então, que o investimento na produtividade das mulheres teria um retorno em termos económicos e sociais- melhorando o acesso das mulheres à tecnologia e ao crédito, a produtividade do seu trabalho aumentaria e isso teria um impacto positivo no desenvolvimento nacional. ”*⁶²

Em 1975 é declarado o Ano Internacional da Mulher iniciando assim, ciclos de “Conferências Mundiais sobre as Mulheres” que ocorrem até hoje:

Na primeira conferência mundial sobre a temática em apreço, que teve lugar no México em 1975, foi aprovada a Declaração sobre a Igualdade das Mulheres e a sua Contribuição para o Desenvolvimento e para a Paz. Nos anos que se seguem, assuntos sobre os direitos económicos, sociais, civis e políticos tornam-se cada vez mais evidentes e destacados no Programa da Ação Mundial para a Década da Mulher (1976 – 1985). Deste programa concluem-se três objectivos cruciais que assentam na igualdade pela de género e a eliminação por motivos de género, a participação íntegra do sexo feminino no desenvolvimento e uma maior colaboração das mulheres no desenvolvimento da paz mundial. Esta conferência permitiu uma alteração na forma de encarar as mulheres, passando de vítima a ser igualada aos homens, com os mesmos direitos, oportunidades e recursos. Em 1980, na II Conferência Mundial sobre as Mulheres (Copenhaga), é reconhecido o facto da recusa da igualdade entre mulheres e homens ser a discriminação mais enraizada na sociedade. Em 1979, deu-se, na Assembleia Geral da ONU, A aprovação da Convenção “ Carta dos Direitos Humanos

⁶² *Idem, Ibidem, p. 86*

da Mulher”, tendo como temática principal a eliminação das discriminações contra as mulheres. Contudo, a Conferência Mundial sobre as Mulheres não veio a demonstrar-se viável e foi aprovada segundo um programa sem consenso.

Por outro lado, na II Conferência Mundial das Nações Unidas sobre as Mulheres, em 1985, no Nairobi, são apresentadas as “Estratégias para o Progresso das Mulheres até ao Ano de 2000”, dando origem à Comissão das Nações Unidas para o Estatuto das Mulheres. Esta instituição impulsionou as outras organizações a apresentarem uma política de forma igualitária para com as mulheres e a elaboração de estratégia de integração (mainstreaming) pela Organização Internacional do Trabalho.

(...) esta conferência suscitou o nascimento do feminismo a nível mundial, permitindo, desta forma, incentivar os governos a tomarem medidas constitucionais e jurídicas, promover a igualdade na participação social e igualdade na participação política e na tomada de decisões.⁶³

Nos anos 90, a ONU publicou o Relatório sobre o Desenvolvimento Humano (HDR), o Gender-Related-Development Index (GDI) e a Gender Empowerment Measure (GEM). Focando-se nas preocupações em questões relacionadas com problemas decorrentes da atual intervenção das mulheres na vida política.

Em Pequim, ocorreu, em 1995, uma conferência que trouxe progressos no que à igualdade de género diz respeito: “procurou-se que a participação da mulher na sociedade estivesse em pé de igualdade com a do homem”.⁶⁴ Esta conferência possibilitou aprovação da Declaração e da Plataforma de Ação de Pequim pela questão da participação feminina. Permitiu reconhecer as principais barreiras:

- A mulher e a pobreza;
- A educação e a independência;
- A mulher e os conflitos armados;
- A mulher e a economia;
- A participação da mulher no poder e na adoção de decisões;
- Os mecanismos institucionais para a participação da mulher;
- Os direitos humanos da mulher;
- A mulher e os meios de comunicação;

⁶³ Catarina Filipa de Oliveira Teixeira, *O impacto das Mulheres na Vida Política: a Candidatura de Maria de Lourdes Pintasilgo às Eleições Presidenciais de 1986*, Universidade da Beira Interior, Ciências Sociais e Humanas, p. 27

⁶⁴ Idem, *Ibidem*, p. 27

- A mulher e o meio ambiente;
- E a menina.⁶⁵

A integração da igualdade perante homem e mulher foi bem aceite em países como a Suécia e os Países Baixos. Porém, esta estratégia não foi bem aceite em todos os outros países:

Verloo (2005), Silveirinha e Peixinho (2008) e Mazey (2002) salientam que as medidas apresentadas fomentam a representatividade política e delineiam a consistência da problemática, mas que se diferenciam no que diz respeito às soluções para a resolução das mesmas. Referindo-se à questão das quotas ou da paridade, Verloo, Silveirinha e Peixinho e Mazey notam que existe, no que concerne às questões ideológicas, uma diversidade entre os países, percebidas no âmbito das características culturais, históricas, sociais e sobretudo.⁶⁶

Neste sentido, a União Europeia vem fomentando a ideia de igualdade de género nisso temos os seguintes termos:

A. Considerando que a igualdade entre homens e mulheres é um direito fundamental consagrado no Tratado da União Europeia e na Carta dos Direitos Fundamentais da UE; considerando que os objetivos da União Europeia nesta matéria consistem em garantir a igualdade de oportunidades e de tratamento entre homens e mulheres e, além disso, em combater todas as formas de discriminação baseada no sexo; considerando igualmente que, apesar de a União ter assumido como tarefa própria a integração do princípio da igualdade entre homens e mulheres em todas as suas atividades, ainda se mantêm muitas desigualdades entre homens e mulheres;

B. Considerando igualmente que, apesar dos progressos graduais efetuados neste domínio, ainda persistem muitas desigualdades entre mulheres e homens; quer seja em termos de direitos das mulheres, enquanto direitos humanos, de perspetivas de carreira, de emprego e de condições salariais, de acesso à educação e aos serviços de saúde, de participação na economia e nos processos de decisão ou de representatividade política;

E. Considerando que as diretivas europeias sobre a igualdade de tratamento entre homens e mulheres adotadas desde 1975 contribuíram consideravelmente para a promoção efetiva da igualdade de género;

⁶⁵ As medidas apresentadas na Plataforma da Conferência de Pequim e do UN Millennium Project (2005).

⁶⁶ Catarina Teixeira pa 28

considerando que, lamentavelmente, alguns dos «antigos» Estados-Membros ainda não aplicam estas diretivas corretamente ou não controlam suficientemente a legislação de aplicação adotada; considerando que, por diversas razões, os novos Estados-Membros da Europa oriental ainda não aplicaram integralmente esta importante parte do acervo comunitário;

H. Considerando que a segmentação do mercado de trabalho entre homens e mulheres revela enormes disparidades entre os Estados-Membros; considerando ainda que os países com maior segmentação são aqueles onde as mulheres trabalham mais;

M. Considerando que a igualdade de género é um bem económico essencial para promover um crescimento económico justo e inclusivo; considerando que a redução das desigualdades no trabalho constitui um objetivo não só do ponto de vista da igualdade de tratamento, mas também de eficácia e de fluidez do mercado de trabalho;

R. Considerando que a Comissão Europeia deve assegurar a aplicação das diretivas europeias nesta matéria, nomeadamente pelos parceiros sociais, que negociam as convenções coletivas e ignoram muitas vezes as exigências comunitárias em matéria de igualdade de tratamento entre homens e mulheres relativas aos salários, ao acesso ao emprego e à promoção profissional e à segurança social;

T. Considerando que a crise tem consequências graves para as pessoas vulneráveis e para as mulheres, que são afetadas diretamente – através da perda do seu emprego, de cortes salariais, das pensões e pensões de sobrevivência ou da perda de segurança do emprego – e, indiretamente, através de cortes orçamentais nos serviços públicos e nas ajudas sociais;

U. Considerando que a repartição das responsabilidades familiares e domésticas entre os homens e as mulheres, em particular através da valorização da licença parental e de paternidade, é uma condição indispensável para a promoção e a consecução da igualdade entre homens e mulheres;

V. Considerando que os rendimentos das mulheres continuam inferiores aos rendimentos dos homens, em situações de igualdade de trabalho e de competências e que a desigualdade salarial atinge em média os 16,2% na UE, com fortes variações nos Estados-Membros, oscilando entre 10% e mais de 20% em alguns Estados-Membros; considerando que os salários mais baixos pagos às mulheres conduzem, inevitavelmente, a contribuições mais baixas para o regime de pensões, o que, por conseguinte, se traduz em pensões mais

baixas; considerando que a diferença salarial e, conseqüentemente, a disparidade nas pensões de reforma entre os géneros, são ainda uma das razões pelas quais as mulheres se encontram abaixo do limiar da pobreza numa fase posterior das suas vidas;

X. Considerando que as mulheres que entram na vida ativa desempenham um papel essencial no regresso ao crescimento; que elas permitem aumentar o rendimento familiar, o que implica um aumento do consumo, das contribuições e das receitas fiscais da segurança social e, portanto, potenciam a dinamização da economia; que, por conseguinte, a igualdade entre homens e mulheres tem um impacto positivo no crescimento económico e na melhoria das condições de vida;

Z. Considerando que, em 2011, 78% das mulheres declararam realizar «trabalho doméstico» todos os dias (contra 37% dos homens; considerando que, na Europa, a taxa de emprego das mulheres com filhos a cargo era de 64,7% em 2010, por oposição a 89,7% dos homens com filhos a seu cargo; considerando que poucos homens pedem licença paternal;⁶⁷

Podemos ver neste relatório, de 31 de janeiro de 2014 do Parlamento que é fundamental a representação igualitária entre homem e mulher, deste modo, o excerto retirado falar do género. Esta situação é proeminada nos países da União Europeia de tal forma que podemos ver senhoras com colossais cargos políticos.

Temos o caso de Margareth Thatcher⁶⁸, Mary Robinson⁶⁹ e Angela Merkel⁷⁰ que pelejaram para ser algo nos seus países. Desta forma são retratadas neste trabalho porque foram as primeiras: primeira-ministra, presidente e chanceler. Vieram ajudar na luta pela igualdade de tratamento entre homens e mulheres.

Desde 1957 que o princípio da igualdade entre homens e mulheres foi consagrado pelo Tratado que institui a Comunidade Europeia, exigindo o seu artigo 141º. a igualdade de remuneração entre homens e mulheres por trabalho de valor igual. A partir de 1975, uma série de diretivas tornou o princípio da igualdade de tratamento extensivo ao acesso ao emprego, à formação e à

⁶⁷ Relatório de 31 de janeiro de 2014 do Parlamento Europeu, <http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=-//EP//TEXT+REPORT+A7-2014-0073+0+DOC+XML+V0//PT>, visualizado em 12 de novembro de 2015

⁶⁸ Anexo 1

⁶⁹ Anexo 2

⁷⁰ Anexo 3

promoção profissional, a fim de eliminar qualquer discriminação do mundo do trabalho. Mais tarde, o princípio em questão passou também a abranger matérias como a segurança social, os regimes legais e os regimes profissionais.

Aos programas plurianuais de promoção da igualdade de tratamento, iniciados nos anos 80, a Comissão associou uma estratégia comunitária (2001-2005), com o objetivo de estabelecer um quadro de ação no qual todas as atividades comunitárias pudessem contribuir para suprimir as desigualdades e promover a igualdade entre homens e mulheres.

O Tratado de Amesterdão procurou ir além do artigo 141º. que se limita a referir a igualdade de remuneração, incluindo a promoção da igualdade entre homens e mulheres no artigo 2º. do Tratado CE, que enumera as missões atribuídas à Comunidade. A Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia, adotada em dezembro de 2000, confirma que "deve ser garantida a igualdade entre homens e mulheres em todos os domínios, incluindo em matéria de emprego, trabalho e remuneração".⁷¹

Desde 1957 vieram a lutar pelos poderes, interceptando cada vez mais cultura. Assim as mulheres passaram a ter capacidade de se desenvolver não só na política como noutros ofícios.

A hierarquia política ao longo dos anos, esteve fechada para as Mulheres. Se as mulheres quisessem subir elas tinham que manter as expetativas sociais comuns entre seus colegas do sexo masculino. Entram num jogo de *doublebind* pois apresentam-se como frias, agressivas e calculistas, como os homens e correm o risco de serem rejeitadas. No entanto se apresentam traços femininos podem ser vistas como inaptas para os desafios dos negócios políticos.

Ou seja, Estereótipos sociais de géneros estão relacionados com imagens e expetativas específicas sobre comportamento. O campo da política ainda é muito dominado pelos homens e por isso quando uma mulher quer entrar no campo da política é preciso embarcar num caminho muito difícil. A sua marca de nascença é o seu papel familiar.

⁷¹ Fundo Social Europeu- investimentos nas pessoas, http://www.igfse.pt/st_glossario.asp?startAt=2&categoryID=307&newsID=1846&offset=0, visualizado em 10 de novembro de 2015

Deste modo o Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher (UNIFEM) trabalha para que o número de mulheres eleitas aumente. Tendo como desafio de garantir a igualdade das mulheres na participação política seja igualitária. Estratégias como a formação de grupos multipartidários, a nível parlamentar e local, podem proporcionar o apoio dos pares, necessário para promover a igualdade de género ao nível da agenda legislativa e política. Para isso a criação de uma base política de apoio à igualdade das mulheres assim, presta assistência técnica aos ministérios da condição da mulher, aos observatórios e às comissões. Também se esforça por melhorar uma governação democrática sensível às questões do género e a obrigação de prestar contas em relação às mulheres.

O UNIFEM procura ajudar, consultar e apoiar as democracias em fase de desenvolvimento através da promulgação de leis e de políticas que tenham em conta as questões de género, concentrando essencialmente a sua ação na igualdade de género na lei e na governação, na violência contra as mulheres, no trabalho, na saúde e na pobreza. Nas sociedades que saíram de um conflito, a prioridade do UNIFEM é dar mais voz às mulheres e aumentar a sua influência nos processos de estabelecimento e consolidação da paz, nomeadamente no que se refere à formulação de políticas e à atribuição de financiamentos, para responder de uma forma adequada às necessidades de mulheres e raparigas no planeamento pós-conflito.

Foi uma conquista do movimento de mulheres, como parte do reconhecimento destas como sujeitas sociais, com sujeitos de reivindicação, colocar-se como uma questão legítima as instituições políticas, os governos, os Estados se obrigarem a reconhecê-las na construção de políticas. Isso foi construído nesses 25, 30 anos, em alguns países 40 anos de organização política e social de mulheres, de um crescimento nosso enquanto um sujeito social colectivo, que faz com que as instituições e a sociedade não possam nos ignorar nem deixar de falar em políticas de género, políticas dirigidas às mulheres.

Mas, à medida que se perde a radicalidade e se arrefecem as bases fundamentais do feminismo, de construção da igualdade real entre mulheres e homens – o que pressupõe uma luta por igualdade real entre os indivíduos-, essa legitimidade conquistada vai sendo assimilado ao mesmo tempo em que constrói novos traços para o feminismo. Traços que o limitam e introduzem uma face perversa: a igualdade ganha uma face segmentada e perde, portanto, seu desafio universal. Merecerá o nome de

*igualdade? Enquanto sectores das mulheres podem usufruir um certo nível de igualdade que vai sendo construída, ou, pelo menos, um certo nível de direitos aos quais não tinham acesso, enquanto género, essa igualdade é totalmente permeada pela desigualdade geral da sociedade.*⁷²

Neste sentido ao criarem maneiras de desenhar estratégias para melhorar as políticas para as mulheres nos governos no entanto, as políticas não são neutras, para as mulheres ganharem algo são obrigadas a contentarem-se com pequenos atos. E a tornarem-se cada vez mais fortes para se imporem.

⁷² Tatau Godinho, Maria Lúcia Silveira, *Políticas públicas e igualdade de género*, São Paulo, <http://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/05630.pdf>, visualizado em 14 de Maio de 2015, p.68.

III. O CASO DE PORTUGAL: AS MULHERES, A CONQUISTA DO DIREITO DE VOTO E A SUA MISSÃO NA POLÍTICA

Breve Introdução

Em Portugal, a emigração em massa ocorrida nos anos sessenta e princípio da década de setenta, como também pela guerra colonial impulsionou alterações no país. Os acontecimentos ocorridos fizeram com que houvesse uma fomentação nas taxas de atividade feminina e de feminização nas diversas profissões. Neste sentido, as mulheres passaram a verificar uma consciencialização na discriminação a que estavam sujeitas, organizando assim uma defesa dos seus direitos.

1. Primeira mulher a votar em Portugal

*No primeiro ato eleitoral da recém-nascida República, em 1911, era permitido o voto a todos os chefes de família que soubessem ler. Como não era referido o género, Carolina Ângelo, médica, viúva, e por isso, chefe de família, foi uma das pessoas que votou. Seria a única mulher a fazê-lo. No ato eleitoral de 1913 as mulheres já não podiam votar, pois tinha sido aprovada legislação, que especificava que apenas os homens o podiam fazer. Em 1928 esta é uma das reivindicações fundamentais do Congresso Feminino de Portugal, mas há outras preocupações que ganham importância relacionadas, nomeadamente, com a questão do corpo e da saúde da mulher. Temas que vão merecer atenção e causar polémica nas décadas seguintes.*⁷³

A I República portuguesa não permitia que as mulheres votassem. Dava o direito de votar a quem tivesse 21 anos, soubesse ler e escrever e que fossem chefes de família. Neste sentido, Carolina Beatriz Ângelo tinha todas as formalidades para exercer o sufrágio.

⁷³ *A mulher e o direito a voto*, <http://ensina.rtp.pt/artigo/a-mulher-e-o-direito-ao-voto/>, visualizado em 9 de dezembro de 2015

A Lei Eleitoral da República, preparada pelos amigos e irmãos republicanos, era ambígua, não contemplava, nem excluía o Sufrágio da Mulher. Carolina Beatriz Ângelo sentiu que estava em condições de poder votar dado ser Licenciada, viúva, maior de 21 anos, com uma filha de oito anos de idade que tinha à sua responsabilidade. Em Abril de 1911, seguindo os trâmites burocráticos iniciou a sua luta através de um requerimento feito à Comissão de Recenseamento Eleitoral do 2º Bairro de Lisboa, onde pediu para ser incluída nos Cadernos Eleitorais. Sendo o pedido recusado pelo próprio Ministro do Interior, o mesmíssimo A. José de Almeida, imediatamente interpôs RECURSO no Tribunal da Boa Hora, na 1ª Vara Civil de Lisboa. Enquanto decorria o processo fez muitas palestras defendendo que “juridicamente, as mulheres têm direito a ir à urna” e deu variadíssimas entrevistas onde expressava a sua vontade em ser eleitora. A integração do seu nome nas listas de recenseamento com o nº 25 13 foi facilitada em parte pela profunda amizade que unia Carolina e Ana, e deveu-se ao parecer do pai desta, Juiz do Tribunal da 1ª Vara DR. JOÃO BAPTISTA DE CASTRO que deu o parecer positivo para o recenseamento, porque ele próprio defendia o reconhecimento dos direitos jurídicos da mulher portuguesa. A vinte e oito de Maio de mil novecentos e onze têm lugar as Eleições para a Assembleia constituinte. A mesa de voto que lhe correspondia estava sitiada no Clube Estefânia, na freguesia de São João de Arroios (Lisboa). Carolina Beatriz Ângelo faz-se acompanhar por um grupo de dez Senhoras, entre elas Ana de C. Osório e Adelaide Cabete, e compareceu junto da Mesa de Votos, sendo recebida numa grandiosa manifestação de simpatia, por entre muitos aplausos, muitas salvas de palmas, muitos vivas à primeira eleitora portuguesa, muitos vivas ao Presidente e, à República. O Presidente da Mesa, Constâncio de Oliveira, sentindo-se na obrigação de ter de justificar a aceitação do voto de uma SENHORA, fez um “breve alocução” referindo a sentença do Juiz Dr. João Baptista de Castro e a decisão da Procuradoria-geral da República, ambas, a favor do Direito de Voto de Carolina Beatriz Ângelo, congratulando-se com grande prazer com a primeira eleitora portuguesa a depor o seu voto na urna. Perante estas palavras Carolina Beatriz Ângelo não perdeu a oportunidade de discursar e respondeu, amistosamente, dizendo “Agradeço à mesa e à assembleia a manifestação de simpatia que me fizeram e mandarei dizer às minhas irmãs sufragistas do estrangeiro, que tanto me felicitaram, que os homens portugueses estão connosco”. No momento de Carolina Beatriz Ângelo depositar o primeiro voto da mulher portuguesa na urna ouviu-se “uma uníssona salva de palmas e vivas à República”.⁷⁴

⁷⁴ Grande loja Feminina em Portugal, Carolina Beatriz Ângelo – a Sufragista (1877 -1911), http://www.glf.pt/site/wp-content/uploads/2014/10/CAROLINA_ANGELO.pdf, visualizado em 10 de dezembro de 2015

Mas a partir de 1913, o regime republicano particularizou que só os chefes de família de sexo masculino é que o podiam fazer.

Deste modo, as mulheres ficaram incapazes de exercer o seu voto no entanto, em 28 de Maio de 1926 com o golpe do regime de ditadura militar atribui à mulher portuguesa que fossem chefes de família o voto nas eleições para as juntas de freguesia.

Em 1931, o Decreto n.º 19694, de 5 de maio, estipulou que as mulheres, chefes de família viúvas, divorciadas ou separadas judicialmente e tendo família a seu cargo, e as mulheres casadas cujo marido estava ausente nas colónias ou no estrangeiro podiam exercer o seu parecer. Em 1933, foi atribuído às solteiras, maiores e emancipadas, com família própria e reconhecida.

No ano seguinte, uma nova lei possibilitou o sufrágio feminino e a elegibilidade para a Assembleia Nacional e para a Câmara Corporativa às mulheres com mais de 21 anos assim, em 1934 foi o ano da eleição das três primeiras deputadas à Assembleia Nacional, Maria Guardiola, Domitília de Carvalho e Cândida Parreira. Esta atitude proeminava pois, Salazar e o seu governo tinham a noção que se as mulheres votassem este, iriam sempre prevalecer no poder.

*Salazar pressentiu que para tal combate (contra a desmoralização) seria necessária energia superior à do homem. Onde iria encontrá-la? Só uma solução! A Mulher Cristã! [...] a Mulher Portuguesa! Salazar não hesita [...]. Escolhe as que podem colaborar, pela sua profissão, quanto à Família, Assistência e Educação. E abre-lhes as portas da Assembleia Nacional [...]. A política é só para os homens, dizem. Porquê? Só se é por ela ser feminina, já que tantos por ela se apaixonam. A política tem muitas afinidades com a mulher: diplomata, subtil, ora submissa ora voluntariosa [...]. O facto de haver pela primeira vez mulheres no Parlamento não quer dizer que só hoje haja mulheres políticas. A nossa história de oito séculos está cheia [...]. O auxílio da mulher tornava-se mais que necessário, tornava-se indispensável. Assim o entendeu o Chefe, assim o decretou!*⁷⁵

A ideia de dar o direito de voto a mulher não foi com intuito de lhe dar poder mas sim, servirem como propósitos do regime nos campos estritamente a elas reservados: a assistência e a educação.

⁷⁵ Fonte não encontrada

A lei n.º 2015, de 28 de Maio de 1946 alargou o corpo eleitoral feminino, considerando eleitoras para a Assembleia Nacional e para a Presidência da República as mulheres maiores e emancipadas, com curso geral dos liceus, das Belas-Artes, do Conservatório Nacional e do Conservatório de Música do Porto e dos institutos comerciais e industriais, as chefes de família que soubessem ler e escrever ou pagassem ao Estado uma quantia não inferior de 100\$00 por impostos diretos. Já no período da chefia do governo por Marcello Caetano, a lei Eleitoral n.º 2317, de 26 de dezembro de 1968 tentou diminuir a discriminação sexual amplificando o número de votantes.

Neste sentido ao longo dos anos vêm se reformulando a ideia que a mulher necessita de estar presente nos cargos políticos, desta forma surge a Lei da Paridade para combater as poucas mulheres na política

Quase todos os partidos políticos e várias listas de independentes violaram a Lei da Paridade em 63 listas das eleições autárquicas, um problema que obriga apenas a cortes nas subvenções estatais.

A Lei da Paridade impõe a presença de pelo menos 33,3 por cento de cada um dos sexos nas listas de candidatura, que não podem ter mais de dois candidatos do mesmo sexo colocados consecutivamente.

O diploma foi aprovado pelo Parlamento em 2006, com os votos a favor do PS, a abstenção do BE e os votos contra da restante oposição, após uma primeira versão, que previa a exclusão das listas eleitorais que não cumprissem, ter sido vetada pelo Presidente da República. O incumprimento da Lei da Paridade implica reduções nas subvenções públicas a que os partidos, coligações ou grupos de cidadãos eleitores, têm direito para pagar as despesas com as campanhas eleitorais. À exceção do POUS e do PNR, todos os partidos cumpriram o critério da paridade nas candidaturas às eleições legislativas, a realizar a

27

de

Setembro.

Quanto às Europeias, os principais partidos cumpriram com facilidade a Lei da Paridade, mantendo mais ou menos o mesmo número de mulheres que apresentaram em 2004, verificando-se maior impacto nos pequenos partidos, sobretudo na ordenação das listas. Se não foi complicado cumprir a Lei da Paridade nas Europeias – uma lista com 30 candidatos – já seria mais difícil nas eleições autárquicas, às quais os partidos apresentam listas a 308 concelhos, câmaras e assembleias municipais. De acordo com a Comissão Nacional de Eleições (CNE), violaram a lei cinco listas do CDS-PP, duas listas do BE, 19 listas do PS, quatro delas a câmaras (Ferreira do Alentejo, Alijó, Almeida e Vila Nova de Foz Côa), seis listas do PSD, três delas a câmaras (Trancoso, Mafra e Arganil), 21 listas da

CDU, uma delas à câmara de Póvoa de Varzim, as listas da coligação PSD/CDS-PP ao município de Almeida e 27 listas de movimentos de cidadãos, uma delas à Câmara de Coruche. A presidente da Comissão para a Igualdade de Género, Elza Pais, que recentemente declarou à Lusa que as eleições de 2009 seriam "um excelente teste" à aplicação da Lei da Paridade, não quis comentar o facto de todos os partidos violarem esta lei por desconhecer as listas às próximas autárquicas. Contudo, Elza Pais, adiantou à Lusa que a comissão vai promover no próximo ano um estudo de avaliação da aplicação da lei em Portugal e só depois fará um balanço da Lei da Paridade.

Quanto às sanções, a lei estipula cortes nas subvenções que variam em função do grau de incumprimento. "Se um dos sexos estiver representado na lista de candidatura em percentagem inferior a 20 por cento, é reduzida a subvenção pública em 50 por cento", refere a legislação, que indica outros cortes. Não têm de cumprir a Lei da Paridade as listas que concorram a freguesias com 750 ou menos eleitores e os municípios com menos de 7.500 eleitores. A publicação, no site da CNE, da lista dos incumpridores é uma imposição da própria Lei da Paridade em relação aos partidos, coligações ou movimento que decidiram não as corrigir.⁷⁶

Como podemos ver, a Lei da Paridade ainda tem vários problemas em si, marcada por uma certa incoerência e pela sua forma enigmática.

2. A Primeira ministro Presidente de Portugal – Maria de Lourdes Pintasilgo e o seu pensamento político

Maria de Lourdes Pintasilgo justificou a estrutura de uma sociedade de cariz patriarcal e por ter denunciado, através da sua escrita, a repressão das minorias.

Maria de Lourdes Ruivo da Silva Matos Pintasilgo nasceu em Abrantes, no dia 18 de janeiro de 1930.

⁷⁶ *In Público, Autárquicas: Lei da Paridade violada por quase todos os partidos em todo o país*, 2009, <http://www.publico.pt/politica/noticia/autarquicas-lei-da-paridade-violada-por-quase-todos-os-partidos-em-todo-o-pais-1400358>, visualizado em 10 de dezembro de 2015

“O seu pai, Jaime de Matos Pintasilgo, abandonou a família. Desta forma, Maria de Lourdes e o seu irmão foram educados pela sua mãe, pelo seu tio, e pela avó. A nomeação do tio, que pertencia ao serviço militar para um quartel de Lisboa motivou a deslocação da família. Assim, assou a frequentar o Colégio Garrett. Três anos mais tarde, em 1940, prossegui os seus estudos no Liceu D. Filipa de Lencastre, escola onde foi distinguida por duas vezes com o Prémio Nacional. E por essa altura que fica em contacto com a Mocidade Portuguesa, um meio doutrinário do Estado Novo.”⁷⁷

Foi incutida e iniciada na mensagem da Mocidade Portuguesa Feminina, cuja delegada era Maria Guardiola, uma das primeiras mulheres portuguesas a ser eleita deputada da Assembleia Nacional, em 1934 referido anteriormente.

Entrando na Mocidade Portuguesa por obrigação torna-se Chefe de Bandeira, cargo que demonstra a sua capacidade para líder:

“A educação era um dos princípios veículos da difusão das ideias do Estado Novo, encontrando-se organizada para formar cidadãos e cidadãs que disseminassem os valores ideológicos predominantes como o anticomunismo, o nacionalismo e o antiliberalismo. A educação para os jovens, especialmente a feminina, era uma das directrizes prioritárias. O rigor da instrução feminina permitia, então, habilitar as futuras mães para uma gestão doméstica competente na educação dos cidadãos.”⁷⁸

Neste sentido, os movimentos feministas influenciaram Maria de Lourdes Pintasilgo. Enquanto a sociedade vivia na ditadura, a futura presidente terminava o liceu e ingressava no Instituto Superior Técnico de Lisboa, no curso de Engenharia Químico-Industrial, tendo sido só três raparigas a matricular nesse curso. No entanto, as suas ideias feministas nunca desapareceram:

“Desde muito cedo, na convivência com outras crianças e adolescentes pôs-se-me a interrogação: será que as mulheres podem fazer o mesmo que os homens? (...) Comecei então (teria 10, 11 anos) a desejar verificar se seria capaz de tirar o curso de engenharia. Essa interrogação não me levou ó ao Técnico, nessa altura um reduto ainda esmagadoramente masculino mas incorporou-se à minha abordagem de todas as novas

⁷⁷ Irene Flunser Pimentel, *História das organizações femininas do Estado Novo*, Lisboa, Temas e Debates, 2001, p.9

⁷⁸ Catarina Teixeira, p62

situações e de todas as tarefas que me foram propostas: será que a diferença entre os homens e as mulheres impede a igualdade de capacidade entre uns e outras?”.⁷⁹

Pintasilgo adere à Juventude Universitária Católica Feminina (JUCCF), e em 1952 a 1956 passou a ocupar o cargo e presidente na JUCCF desenvolvendo as suas capacidades. Entretanto, em 1953, terminou o curso e começou a trabalhar como investigadora da Junta de Energia Nuclear. No ano seguinte, exerceu funções como engenheira na Companhia União Fabril e orientou o Departamento de Estudos e Projetos. Nestas circunstâncias deparou-se com mulheres trabalhadoras a viver em más condições de trabalho e em dificuldades económicas e sociais:

“ Para mim, isso foi o início das interrogações do processo económico: o modo como se servia das pessoas, o modo como a industrialização, que parecia uma necessidade para o desenvolvimento do país, quando se olhava a médio prazo, era feito dum quotidiano de sacrifício para milhares de pessoas, da sua vida pessoal, das suas condições de relacionamento, de vida de família, etc...”.⁸⁰

Em 1921, na Suíça, Pintasilgo tornou-se presidente do Movimento Internacional de Estudantes Católicos (MIEC) possuindo como objeto a promoção do apostolado estudantil nas universidades e nas outras instituições superiores. Manteve uma ligação com a intuição Graal⁸¹ e neste sentido desligou-se da sua carreira de engenharia para embarcar nas questões sociais e culturais, sempre pautando a fé cristã.

“ Relativamente ao impacto nacional do Graal, assuntos como a preocupação com as mulheres as suas problemáticas e o seu papel na sociedade alcançam limites mais evidentes. Deste contexto nacional também fizeram parte uma série de acções que proporcionaram uma ligação direta com a vida rural, de onde se destaca por um exemplo o processo de alfabetização. Este movimento internacional viabilizou a convivência com novas formas de viver, o sagrado e o contacto com novas realidades.”⁸²

O Graal proporcionou a reflexão do sistema patriarcal e na incapacidade de uma evolução no género feminino.

⁷⁹ Maria de Lourdes Pintasilgo, Dimensão da Mudança, Rua Costa Cabral, 859, Edição Afrontamento, Porto, 1985, N.º de Edição 248, pág. 216-217

⁸⁰ Catarina Teixeira, pag 63

⁸¹ Ver o que é

⁸² Maria de Lourdes Pintasilgo, Palavras Dadas, (coor. Isabel Allegro de Magalhães), Livros Horizonte, Lisboa, 2005, pág. 17

Em 1958, expôs um projeto a Marcello Caetano onde constava a realização de um estudo sobre a situação da mulher portuguesa. Neste âmbito, Maria de Lourdes exerceu muitos cargos independentes, o exemplo disso é a sua participação no Parlamento Europeu. Em julho de 1979 encarregou-se da chefia do V Governo Constitucional no entanto, esta, visualizava uma injustiça em relação a aceitação de uma mulher num cargo de chefia:

“ Quando, porém, as circunstâncias políticas começaram a conjugar-se para que eu exercesse a função de Primeira-Ministra, desencadeou-se, na classe política e em vários órgãos de informações uma verdadeira “revolta” cuja análise, feita a frio muitos anos depois, permitiu perceber que continuam vivos, no fim do século XX, os fantasmas que na idade média conduziram à sociedade a exorcizar e a punir severamente as mulheres que ousavam ter uma palavra própria na cidade dos homens.”⁸³

Quis proporcionar a aproximação entre as instituições políticas e a sociedade neste sentido, apoiou a candidatura de António Ramalho Eanes à Presidência da República. E também tornou-se na principal incitadora da fundação da Rede de Mulheres: “ (...) As mulheres (...) preocupam-se com as necessidades reais das pessoas concretas. Dão maior atenção a todos os que, na sociedade, são marginalizados ou mantidas na periferia das preocupações e das decisões políticas. Trazem uma forma diferente de encarar, viver e exercer o poder político.”⁸⁴

Reforça a ideia de que as mulheres são “ o motor do desenvolvimento económico e que potenciam de forma favorável a estrutura económica de um país.(...) Em 1985, apresenta a sua candidatura à Presidência da República, percorrendo o país em campanha (...) Maria de Lourdes obteve apenas 7,4% dos votos, sendo que Mário Soares e Diogo Freitas do Amaral passam à segunda volta.”⁸⁵

Durante a sua vida foi visível a sua preocupação com assuntos relacionados com as mulheres. E ate a data da sua morte, 10 de Julho de 2004 esta, lutou e abordou a situação das mulheres portuguesas e do mundo.

⁸³ Catarina Teixeira, pag 65

⁸⁴ Catarina Teixeira pag 66

⁸⁵ Catarina Teixeira pag 66

Cargos Governamentais, por sexo, entre 1974 e 2004 em Portugal

■ Mulheres ■ Homens

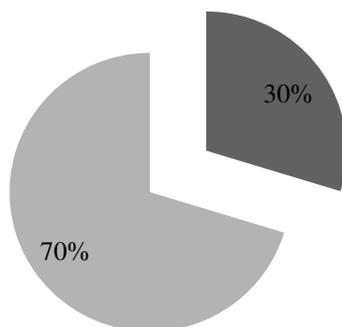


Gráfico 1⁸⁶

Fonte:

As Mulheres e as Elites Políticas e Económicas, SociNova – FCSH-UNL (projecto de investigação financiado pela FCT - PIHM/SOC/49931/2003)

Como podemos ver, a partir de 1974 a mulher pode se inserir em cargos governamentais no entanto, podemos verificar que só 30% de mulheres estão na política.

No entanto para isto foi preciso passar muito. A sub-representação das mulheres nos órgãos de poder permaneceu uma matéria crítica. Constata-se que o género feminino sofreu várias implementações para o seu poder. Em 1975, nas primeiras eleições livres; durante as governações de António Guterres e na incrementação da Lei da Paridade. Lei que estabelece que as listas para a assembleia da república, para o parlamento europeu e para as autarquias locais são compostas de modo a assegurar a representação mínima de 33% de cada um dos sexos.

⁸⁶ Primeiro-Ministro, Vice Primeiro-Ministro, Ministros, Secretários de Estado, Chefes de Gabinete, Adjuntos, Assessores

A fundação da democracia e a aprovação da Constituição de 1976 criaram as condições políticas e jurídicas para que os cidadãos portugueses obtivessem o pleno direito de votar e de serem eleitos para todos os cargos políticos. As reformas que, sucessivamente, ocorreram em Portugal, após o dia 25 de Abril, permitiram também que as desigualdades jurídicas e as injustiças sociais de que as mulheres eram vítimas fossem parcialmente atenuadas. Porém, nenhuma destas reformas influenciou, decisivamente, a representação das mulheres no “mundo político”.

Na Assembleia da República, à semelhança de outros órgãos de representação política, e não obstante a tendência crescente de feminização dos mandatos parlamentares, continua a verificar-se, actualmente, um fenómeno de sub-representação feminina⁸⁷.

⁸⁷ Projecto de lei nº224/X Lei da paridade, <http://app.parlamento.pt/webutils/docs/doc.pdf?path=6148523063446f764c3246795a5868774d546f334e7a67774c336470626d6c7561574e7059585270646d467a4c316776644756346447397a4c334271624449794e4331594c6d527659773d3d&fich=pjl224-X.doc&Inline=true>, visualizado em 9 de dezembro de 2015

IV. Síntese conclusiva: os Media e a sua influência

1. OS MEDIA E SUA INFLUÊNCIA

Os *media* emergem cada vez mais na política. Ao passo que antigamente eram algo complementar pois, sofriam de censura, hoje em dia passaram a ser algo decisivo. Os atores políticos passaram a usar os meios de comunicação como instrumentos de divulgação e visibilidade. Os *media* estão a tornar-se tão importantes quanto a própria eleição a amplitude que os *media* referem-se as situações políticas produz em ideias na sociedade. Os meios de comunicação tornaram-se o meio onde os candidatos expõem suas propostas e os jornalistas transmitem para os cidadãos, seja através de relatos, debates, críticas ou análises dos projetos lei e propostas de políticas.

A influência dos meios de comunicação foi essencial para a formação da democracia que vimos hoje e fez com que se superasse a imprensa opinativa. Com isso, os jornais procuram manter um distanciamento e neutralidade em relação ao posicionamento sobre os partidos políticos.

A vida está cada vez mais influenciada pelos meios de comunicação, e, quanto mais mediatizada for a sociedade, mais se altera a forma do discurso político.

Os *media* têm vindo a representar um papel nas temáticas do movimento de mulheres. Dão a conhecer as atividades, constituindo um importante meio de chamar simpatizantes e mecanismos de consolidação da identidade e valorizando a política das mulheres. Apesar de tudo, a relação meio social e mulheres tem sido complexo, fazendo com que haja um ativismo feminista, pois a transmissão das imagens masculinas e feministas são constantemente desiguais. Os *media* são acusados de mudar tudo consoante os acontecimentos, de modo a contribuírem para um estereótipo de uma feminilidade passiva, aposta à da masculina, que é ativa. A representação mediática é mais forte se for uma mulher a fazer algo do que um homem. Temos como exemplo o

caso da Princesa Diana de Gales⁸⁸, os *media* ao saberem que esta tinha uma relação extraconjugal mal aceite pela coroa britânica, tornaram isso numa forma de ganhar dinheiro. Em comparação, o seu ex-marido sempre teve uma relação extraconjugal e nada foi tão representado nos *media* como a sua ex-esposa. Logo aí vemos que os *media* são desiguais perante a representação que fazem dos homens e das mulheres.

Contudo:

*“ Os media e as tecnologias de informação podem ser ferramentas de empoderamento quando as pessoas mais marginalizadas e mal representadas neles têm a oportunidade de os usar para contar as suas histórias e expressar as suas preocupações. Para os membros do grupo dominante, a literacia crítica dos media oferece uma oportunidade de ter contacto com as realidades sociais que a maioria do mundo experiencia ”*⁸⁹

Na sociedade em que vivemos nem tudo é mau, pois os *media* já conseguiram ajudar os mais necessitados (exemplo disso são aqueles casos em que crianças estão a precisar de ajuda e a partir dos *media* criam uma onda de solidariedade), desempenhando um papel importante como agentes da mensagem:

“ Ao insistir em falar publicamente sobre necessidades até então despolitizadas, ao reclamar para estas necessidades o estatuto de questões políticas legítimas, essas pessoas e grupos fazem várias coisas ao mesmo tempo. Primeiro, contestam as fronteiras estabelecidas separando a política da economia e do doméstico. Segundo, oferecem interpretações alternativas das suas necessidades enraizadas em cadeias alternativas de relações instrumentais. Terceiro, criam novos discursos público a partir dos quais tentam disseminar as interpretações das suas necessidades por uma vasta gama de diferentes discursos públicos. Finalmente,

⁸⁸ Diana, Princesa de Gales morreu em 31 de agosto de 1997, foi morta em um acidente de carro em Paris juntamente com o seu namorado. O acidente foi provocado pelo próprio chauffeur que estava embriagado e sob forte efeito de antidepressivos. Alegam que o acidente aconteceu porque o ex-sogro de Diana assim o quis executados pelo M16 (é o serviço britânico de informações encarregado de dirigir as atividades de espionagem britânica) contudo, o juiz decidiu que Diana tinha sido morta pela negligência do motorista e dos paparazzi que seguiam o casal.

⁸⁹ Marta Pires Machado Costa Peça, *Os movimentos de mulheres em Portugal. Uma análise da noticiabilidade na imprensa portuguesa*, dissertação de Mestrado em Sociologia, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2010, <https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/12644/1/Marta%20Peca%20-%20Os%20movimentos%20de%20mulheres%20em%20Portugal..pdf>, visualizado em 12 de Fevereiro de 2015, p.15.

*canalizam, modificam e/ou deslocam elementos hegemónicos dos meios de interpretação e comunicação”.*⁹⁰

Os *media* são muito essenciais para a distribuição da comunicação. Tornam-se elementos fundamentais para a interpretação das substâncias políticas e sociais. As mulheres têm vindo a conseguir influenciar os *media*:

“ A capacidade dos media em influenciar a projecção dos acontecimentos na opinião pública confirma o seu importante papel na figuração da nossa realidade social, isto é, de um pseudo-ambiente, fabricado e montado quase completamente a partir dos mass media.”

*“ Pode, na maior parte das vezes, não conseguir dizer às pessoas como pensar, mas tem, no entanto, uma capacidade espantosa para dizer aos seus próprios leitores sobre o que pensar.”*⁹¹

Os *media* construtores da opinião pública na sociedade em que vivemos, influenciando a agenda pública de clara importância para as mulheres. Os meios de comunicação têm um papel de chamar à atenção a sociedade para os movimentos sociais, ativando o sentido para o debate público necessário para uma sociedade mais justa, igualitária e participada. Têm sido responsabilizados pela propagação da imagem da desigualdade entre homens e mulheres, exploram a lacuna que existe na interação entre o associativismo feminino e os meios de comunicação social. A emancipação feminina é defendida pela cobertura jornalística, dificultada pela organização dos grupos e pela estrutura voluntária e amadora dos movimentos de mulheres.

Os meios de comunicação tinham como agentes de produção do género:

*“ Os meios de comunicação de massa são, sem dúvida, um dos lugares sociais e políticos de construção de identidade. Por eles perpassam e constroem-se definições e ideologias de diferentes grupos etários, étnicos, de classe, de cultura e de sexo.”*⁹²

⁹⁰ *Ibidem*, p.15.

⁹¹ Marta Pires Machado Costa Peça, *Os movimentos de mulheres em Portugal. Uma análise da noticiabilidade na imprensa portuguesa*, dissertação de Mestrado em Sociologia, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2010, <https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/12644/1/Marta%20Peca%20-%20Os%20movimentos%20de%20mulheres%20em%20Portugal..pdf>, visualizado em 12 de Fevereiro de 2015, p.15.

⁹² Carla Braga Cerqueira, *A imprensa e a Perspectiva de Género. Quando elas são notícia no Dia Internacional da Mulher*, Universidade do Minho,

Desta forma, têm acesso ao mundo, portanto eles têm que escolher o que escrever, são os ouvidos para construir as notícias. Como as mulheres são representadas? As mulheres são efetivamente representadas de maneira diferente dos homens. O discurso jornalístico é desigual, tornando as mulheres invisíveis, com pouco destaque:

“ No discurso mediático, a exclusão ou secundarização das vozes femininas implica que o conhecimento accionado neste discurso e produzido pelo mesmo é necessariamente parcial e, como tem sido mostrado, muitas vezes é selectivo e negativo, portanto, propiciador da reprodução de atitudes e ideologias que legitimam a dominação masculina.”⁹³

Assim, o discurso difundido é ainda estereotipado em relação às mulheres, pois qualquer uma pode ter um grande cargo, isto na teoria, na prática já é desigual. As mulheres ainda são associadas apenas à esfera privada:

“ A sub-representação feminina nos órgãos de poder político insere-se, claramente, no problema mais vasto do acesso pleno das mulheres Às diversas esferas da vida económica, social e cultural, bem como dos obstáculos e resistências que se colocam neste processo.”⁹⁴

<http://obs.obercom.pt/index.php/obs/article/viewFile/101/153>, visualizado em 30 de Março de 2015,p.1.

⁹³Carla Braga Cerqueira, *A imprensa e a Perspectiva de Género. Quando elas são notícia no Dia Internacional da Mulher*, Universidade do Minho,

<http://obs.obercom.pt/index.php/obs/article/viewFile/101/153>, visualizado em 30 de Março de 2015,p.3.

⁹⁴*Ibidem*, p. 4.

Notícias sobre o Dia Internacional da Mulher 2006

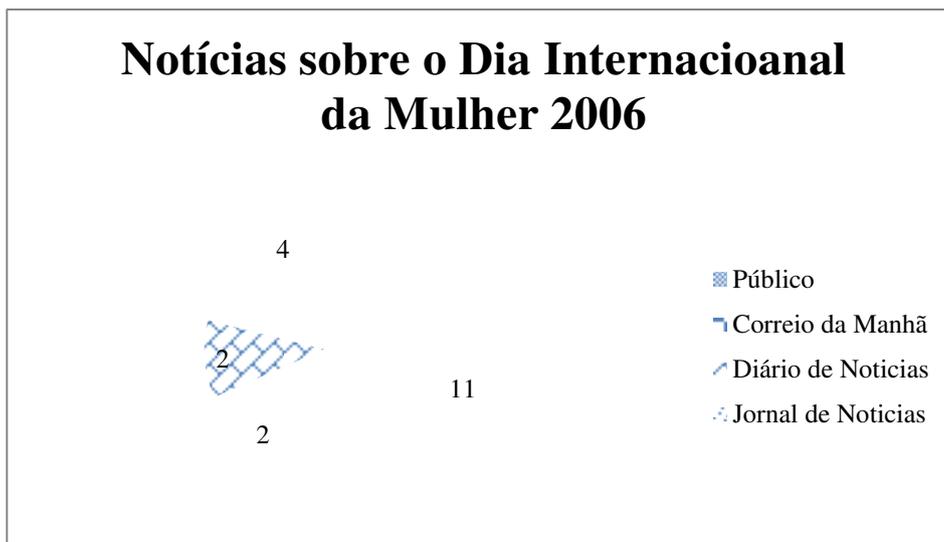


Gráfico 2- Notícias sobre o Dia Internacional da Mulher 2006

Fonte: Carla Braga Cerqueira, *A imprensa e a Perspectiva de Género. Quando elas são notícia no Dia Internacional da Mulher*, Universidade do Minho, <http://obs.obercom.pt/index.php/obs/article/viewFile/101/153>, visualizado em 30 de Março de 2015,p.7

Vários Géneros jornalísticos utilizados no Dia Internacional da Mulher em 2006

Tipo de Texto	Público	Correio da Manhã	Diário de Notícias	Jornal de Notícias	Total
Entrevista	1	0	0	0	1
Reportagem	3	0	1	1	5
Notícia	5	0	1	2	8
Breve	1	2	0	0	3
Estatística	1	0	0	1	2
Outro	0	0	0	0	0
Total	11	2	2	4	19

Tabela 1- Vários tipos de textos publicados em relação ao Dia Internacional da Mulher em 2006

Fonte: Carla Braga Cerqueira, *A imprensa e a Perspectiva de Género. Quando elas são notícia no Dia Internacional da Mulher*, Universidade do Minho, <http://obs.obercom.pt/index.php/obs/article/viewFile/101/153>, visualizado em 30 de Março de 2015,p.7

Neste quadro podemos apurar uma disparidade em relação aos vários tipos de textos publicados em vários jornais e podemos confirmar que o jornal o *Público* é que

tem um número maior de textos publicados sobre mulheres, comparativamente aos outros jornais.

Em seguida, o *Jornal de Notícias* com um maior número de notícias, já o *Correio da Manhã* e o *Diário de Notícias* tem um número igualitário de publicações apesar de ter um número muito reduzido. Nesta estatística também podemos ver que são o tipo de texto notícia quem tem um maior número de publicações. Em seguida as reportagens e as outras têm um número reduzido de publicações em relação ao Dia Internacional da Mulher em 2006.

2. COMO OS MEDIA APRESENTAM AS FIGURAS FEMININAS NA POLÍTICA

As mulheres políticas sabem que os atos dos *media* são, por vezes, um obstáculo para as suas carreiras. Pois estes estão mais ocupados a seguir o seu visual e a sua vida privada do que as suas preocupações e objetivos políticos: como elas se vestem, o seu penteado, quem cuida das crianças. Neste sentido, o homem não é abordado. Torna-se evidente que há diferenças entre candidatos que podem ser explicadas pela personalidade e pelas estratégias individuais de apresentação ao público.

Enquanto os homens parecem ser naturalmente preparados para as lides políticas, as mulheres têm de lutar com questões que concernem a sua competência. Quando Angela Merkel concorreu pela primeira vez ao cargo de Chanceler, em 2005, muitas imagens que a mostram junto a Helmut Kohl, durante os primeiros anos a sua carreira política Angela era associada ao nome de Kohl especulando-se que o seu sucesso vinha através dele.

Contudo, não é só o aspeto familiar que os *media* referem, mas também a maneira como ela se veste:

“A chanceler alemã Angela Merkel cumpre à risca a sua defesa da austeridade. A principal defensora da política de cortar gastos para recolocar a economia europeia nos trilhos foi flagrada pela imprensa alemã repetindo a mesma roupa - uma bela túnica colorida - em diferentes oportunidades. O curioso é que Merkel fez isso ao longo de 18 anos. “Nossa chanceler mantém-se fiel a si mesma”, estampa a manchete desta quarta-feira do jornal popular alemão Bild, o diário mais lido do país. Abaixo do título, uma montagem de fotos mostra Merkel trajando a mesma roupa em 1996, 2002 e recentemente, em 2014.

De acordo com o jornal, a mulher mais poderosa do mundo - segundo ranking da revista Forbes - aparece frequentemente repetindo seu visual, pois “a chanceler compra suas próprias roupas sozinha, ao contrário de muitas outras celebridades, que emprestam itens de estilistas e designers”. Por não ter muito tempo livre em sua agenda, Angela Merkel acaba tendo de se virar com o que dispõe em seu guarda-roupa.”⁹⁵

Neste caso foi dado ênfase à forma como ela se vestia e quantas vezes ela usou a roupa. Também na cerimónia de abertura do novo edifício da Ópera de Oslo, Merkel usou um vestido decotado que se tornou assunto mundial:

““A chanceler está um pouco surpresa. Não era a intenção da chanceler federal que essa roupa de noite, um novo modelo do vestuário da chanceler federal, tenha provocado esse furor”, disse nesta segunda-feira o vice-porta-voz do governo alemão, Thomas Steg.”⁹⁶

No seguimento desta ideia temos as notícias sobre a princesa Diana, referida já anteriormente, que não sendo concretamente uma política, era uma figura altamente politizada, associada à voz do povo e ouvida e respeitada como muitos políticos não são. Assim, podemos observar esta tabela sobre “Jornais de amostragem ilustrando os números de peças sobre a história de Diana e o número de peças sobre «público e privado», sobre «papel dos *media*» na vida e morte de Diana e sobre “cobertura mediática da história”» .

⁹⁵Beta veja.com, Austeridade: Merkel repete a mesma roupa há 18 anos, 2014, <http://veja.abril.com.br/noticia/mundo/austeridade-merkel-repete-a-mesma-roupa-ha-18-anos/>, visualizado em 3 de Maio de 2015, anexo 3

⁹⁶Globo.com, *Decote de Angela Merkel causa “furor”*, 2008 <http://g1.globo.com/Noticias/Mundo/0,,MUL400109-5602,00-DECOTE+DE+ANGELA+MERKEL+CAUSA+FUROR.html>, visualizado em 23 de Maio de 2015

Desta forma, podemos ver que o Público/Privado foi mais retratado comparativamente aos outros. O estudo marcou os estudos feministas nos *media* ao defender que os meios de comunicação perpetuam a máxima feminista que o estereótipo da maternidade e do “sexo fraco” é uma figura decorativa que é criticada e desvalorizada.

Desde então que se tem pensado os media enquanto agentes de socialização das relações de sexo, substituindo-se o paradigma reflexivo pelo modelo da criação, representação e rerepresentação de uma nova realidade pelos meios de comunicação social. Neste sentido, a construção da realidade mediática ultrapassa a dimensão da transmissão dos estereótipos atribuídos a homens e a mulheres pelos mass-media, situando-se os estudos actuais na preocupação com “quem aparece” e “como aparece” (as sub-representações, sobre representações e falsas representações), valorizando-se igualmente o estudo das ausências e dos silêncios.⁹⁷

Para lá do enfoque, os estudos feministas dos *media* têm também concedido destaque à relação entre a composição das redações e chefias e o papel que as mulheres poderão desempenhar no jornalismo, analisando a sua “produção”. Questiona-se, pois, se a crescente presença de profissionais femininas poderá influir uma mudança da cultura masculina, da forma de intervenção e para um novo tratamento das temáticas noticiadas.

3. MULHERES EM RELAÇÃO AOS MEDIA

O caminho já percorrido centra-se na perpetuação de estereótipos pelas mensagens transmitidas pelos meios de comunicação social faz com que a imagem da mulher nas notícias segue padrões tradicionais do estereótipo feminino:

“ Associações e jornalistas referem um conjunto de áreas onde permanecem imagens estereotipadas das mulheres e representações sociais que os media continuam a

⁹⁷ Sem fonte.

reproduzir: falamos da hipersexualização do corpo feminino na publicidade; da invisibilidade das mulheres nos cargos de decisão; da assunção de um dever feminino de cuidado dos/as dependentes; da remissão da mulher para o espaço doméstico e para áreas como a cultura, as artes ou a educação, para o campo emotivo, contrastando com a associação do masculino ao poder, ao espaço público e à highpolitics; da visibilidade feminina enquanto vítima ser estético, ou ainda pela ridicularização do atípico e sobrevalorização das características masculinas que a fazem vingar.’⁹⁸

Os media tornam-se fazedores de opiniões evitam muitos problemas mas também discriminam as atitudes das mulheres. Contudo também dão visibilidade as discriminações que pesam sobre as mulheres:

“ Pelo poder que a comunicação social exercer sobre as pessoas, essa preocupação deveria sempre existir. Pela nossa experiência de trabalho no terreno, o objectivo mais difícil de alcançar ao nível da promoção da igualdade de género é a mudança de mentalidades. Trata-se fundamentalmente de uma mudança cultural dos homens e das mulheres, uma evolução civilizacional, pelo que a comunicação social tem um papel importante, quer na manutenção dos estereótipos (o que faz muito bem) quer na sua mudança (o que tarda a fazer bem) e compreender que não existe a neutralidade (resposta em inquérito).’⁹⁹

Neste sentido:

“Chegaram a esfumar-se quando chegam ao terreno da implementação prática... Uma análise de 417 projectos de desenvolvimento promovido no âmbito de diferentes sectores da ONU permitiu identificar alguns dos factores para que assim aconteça: a falta de atenção dada pelos responsáveis às actividades específicas de promoção da igualdade na fase de implementação dos programas e projectos; a insuficiente aplicação das linhas de orientação para integrar as relações sociais de sexo ao nível operacional, uma interpretação restritiva do alcance da estratégia do mainstreaming

⁹⁸ Marta Pires Machado Costa Peça, *Os movimentos de mulheres em Portugal. Uma análise da noticiabilidade na imprensa portuguesa*, dissertação de Mestrado em Sociologia, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2010, <https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/12644/1/Marta%20Peca%20-%20Os%20movimentos%20de%20mulheres%20em%20Portugal..pdf>, visualizado em 12 de Fevereiro de 2015, p.84.

⁹⁹ *Ibidem*, p. 86.

*na fase de planeamento dos projectos; falta de sensibilização e de compreensão do papel das mulheres em vários sectores.*¹⁰⁰

A atitude de um ativismo político em relação as mulheres é mínimo pois os governos não se sentem minimamente preocupados pois, caso os governos não façam o que deviam também não sofrem consequências pois a sociedade feminina ainda não se movimenta o suficientemente para combater a desigualdade pois a influência da mulher é mais fácil nos fóruns internacionais do que propriamente nas políticas. O que acontece é que o Estado democrático tem como fundamento elaborar políticas de igualdade entre homens e mulheres legitimando as mulheres enquanto coletivo social, transformando as políticas em políticas favoráveis para as mulheres já que os homens têm vindo sempre a beneficiar com estas:

*“Outro aspecto associado a este é que, no processo de institucionalização das reacções sociais de sexo em todas as rotinas e práticas burocráticas, a sua transversalidade pode servir de pretexto para os governos deixarem, desde logo, de financiar projectos específicos para as mulheres”.*¹⁰¹

Sendo o país desenvolvido ou não faz com que haja uma desigualdade perante a situação de cada Estado. Se for desenvolvido, dá mais valor a essas políticas, se for pobre, como não tem fundos para as coisas mais básicas, não vai investir em recursos políticos e muito menos em recursos políticos relacionados com as mulheres. Neste sentido vemos que a autonomia pessoal e colectiva é muito importante. A maior capacidade da mulher em auto defender-se faz com que a política se desenvolva. Tendo capacidades de controlar o próprio corpo possibilitando a liberdade de exercerem a sua sexualidade, aos seus direitos sexuais e reprodutivos dando assim origem a um bem-estar corporal e a um bem-estar geral. Cria condições para a política exercer a sua função em elaborar políticas de prevenção sobre a violência praticada as mulheres:

“ ... Intervenção das políticas públicas no campo das garantias de autonomia das mulheres, diz respeito à criação de condições de independência económica e divisão do trabalho doméstico, formulando programas que estimulam a geração de emprego e renda e criando suporte social ao trabalho das mulheres com políticas que,

¹⁰⁰Tatau Godinho, Maria Lúcia Silveira, *Políticas públicas e igualdade de género*, São Paulo, <http://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/05630.pdf>, visualizado em 14 de Maio de 2015, p.70.

¹⁰¹Tatau Godinho, Maria Lúcia Silveira, *Políticas públicas e igualdade de género*, São Paulo, <http://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/05630.pdf>, visualizado em 14 de Maio de 2015, p.71.

prioritariamente, buscam a ampliação da rede de creches e outros equipamentos públicos como lavandarias colectivas, restaurantes populares, etc.”¹⁰²

Tornando assim, a possibilidade da mulher ter tempo para si, sendo paga pelo seu trabalho, tendo mais tempo para os seus e para si própria. Nesta situação é bom fundamentar as políticas nas creches e tudo o que tenha a ver com as crianças pois faz com que a criança tenha um bem-estar e uma boa educação apoiando a actividade da mulher. Contudo, não é só aí que as políticas são importantes, as políticas nos empregos também são fundamentais. Assim sendo, as políticas são muito importantes para a participação da mulher na política pois fortalecendo a sua vida, fortalece o seu bem-estar e nesse sentido torna a mulher com capacidades para se tornar uma mulher forte na política.

O trabalho dos Estados tem vindo articular políticas públicas para as mulheres fomentando assim a amplitude da igualdade retratando a cidadania da mulher.

“Eu acho que as mulheres são menos levadas a sério que os homens. As mulheres que tenham cargos políticos são menos levadas a sério pelas redacções dos jornais do que os homens.

*Eu acho que de facto há uma certa tendência para... das duas, uma: ou se desvaloriza a mulher política, e se usa como fonte muito mais os homens que as mulheres. (...) Também é verdade que há quem trate o assunto mulher política de uma forma muito estigmatizada, põem-se adjectivos às mulheres que não fazem sentido nenhum quando se fala de homens políticos.”*¹⁰³

¹⁰² *Ibidem*, p. 72.

¹⁰³ Marta Pires Machado Costa Peça, *Os movimentos de mulheres em Portugal. Uma análise da noticiabilidade na imprensa portuguesa*, dissertação de Mestrado em Sociologia, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2010, <https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/12644/1/Marta%20Peça%20-%20Os%20movimentos%20de%20mulheres%20em%20Portugal..pdf>, visualizado em 12 de Fevereiro de 2015, p.80.

Avaliação do espaço ocupado pelas questões da igualdade

■ Insuficiente ■ Razoável ■ Bom ■ Não tem opinião ■ Não responde

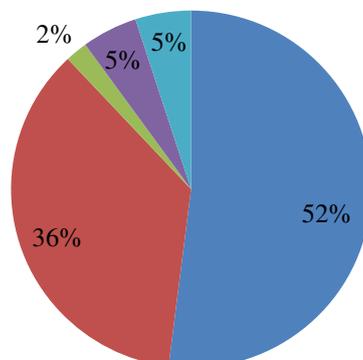


Tabela 2 - Avaliação do espaço ocupado pelas questões da igualdade¹⁰⁴

Através deste gráfico podemos observar que a igualdade entre homens e mulheres nos órgãos de comunicação social é insuficiente. Podemos ver que politicamente há uma desigualdade entre mulheres e homens e isso vê-se muito bem num parlamento ou numa assembleia. A maioria é masculina, contudo as mulheres da política tem os olhos postos em cima. Para comprovarmos isso temos uma notícia que saiu na Internet na Revista Nova Gente no dia 24 de Julho de 2015¹⁰⁵ onde retrata uma fotografia de uma deputada a amamentar no parlamento. Situação até normal, contudo, como foi no parlamento, tiveram que divulgar isto como uma notícia e, pior ainda, é que o título foi “ Deputada *sexy* amamenta no parlamento” já basta fazer notícia e publicarem uma foto de Victoria Donda Perez a amamentar, pior ainda é referi-la como deputada *sexy*. Desta forma podemos ver aqui uma imparcialidade entre homem e mulher, onde a mulher é retratada sexualmente. A Deputada pode ser a melhor Deputada que eles podem lá ter contudo já a rotularam como *sexy* o que isto faz? Faz

¹⁰⁴ *Ibidem*, p. 84.

¹⁰⁵ Revista Nova Gente, *Deputada sexy amamenta no parlamento*, 2015, http://www.novagente.pt/7c1120a/mod_artigos_mob_obj.aspx?sid=be58dcf4-240c-4049-a85a-0fdf5b9a71a8&cntx=3ICLyB29rGoBEsW9qwJ2N00KPce2fMdRtAm9ux4W%2FEfYSklDkleeOXxdG7k3I7a1, visualizado em 24 de Julho de 2015.

com que a sociedade a veja como uma mulher incapaz para estar na política contudo disto sai outra questão, se um deputado levasse o seu filho para o parlamento o que a sociedade diria? Aqui está, seria a notícia mais amorosa do mundo que ele seria o melhor pai do mundo, desta forma a população iria criar um estereótipo bom pai e querido ou seja sendo bom para a família também é bom para a sociedade. E nisso podemos ver que não esta correto. Há políticos bons e maus contudo mesmo que sejam muito bons como pais e homens de família não significa que sejam capazes de salvar um país.

Desta forma não deveriam existir rótulos tanto nas mulheres como homens na política e na sociedade são diferentes e cada um deles tem as suas capacidades.

“ Pelo poder que a comunicação social exerce sobre as pessoas, essa preocupação deveria sempre existir. Pela nossa experiencia de trabalho no terreno, o objectivo mais difícil de alcançar ao nível da promoção da igualdade de género é a mudança de mentalidades.

Trata-se fundamentalmente de uma mudança cultural dos homens e das mulheres, uma evolução civilizacional, pelo que a comunicação social tem um papel importante, quer na manutenção dos estereótipos (o que faz muito bem) quer na sua mudança (o que tarda a fazer bem) e compreender que não existe a neutralidade.”¹⁰⁶

Assim sendo, existem assimetrias de poder entre homens e mulheres na política e a imprensa retrata isso muito bem. Verifica-se relativamente à desigualdade, um controlo das possibilidades de ação discursiva da mulher na política, pois a nível da distribuição feminina pelas secções dos jornais, são vários os aspetos que contrariam a distribuição clássica dos sexos pelas secções. As mulheres políticas têm vindo aparecer atuando em vários tipos de situações.

¹⁰⁶ Marta Pires Machado Costa Peça, *Os movimentos de mulheres em Portugal. Uma análise da noticiabilidade na imprensa portuguesa*, dissertação de Mestrado em Sociologia, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2010, <https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/12644/1/Marta%20Peca%20-%20Os%20movimentos%20de%20mulheres%20em%20Portugal..pdf>, visualizado em 12 de Fevereiro de 2015, p.85.

“E a mulher deve participar na política sem complexos dessa sua condição: sem caírem na tentação de se "masculinizarem", isto é, sem adquirirem os traços dos homens. Se pensarmos, as mulheres que chegaram aos lugares de topo da política cedo adquiriram tiques masculinos, para se sobreporem, para não se sentirem inferiores aos seus companheiros políticos homens. Numa altura em que precisamos de um discurso de esperança e de crença no futuro (no nosso futuro, individual e colectivo) precisamos do contributo de todos os cidadãos. A mulher, com a sua inteligência prática e a sua sensibilidade para perceber os problemas alheios, poderá humanizar a política, para além das chatices das politiquices e da "numerocracia" (a democracia reduzida aos números, aos défices e aos mercados).”¹⁰⁷

A partir desta notícia do Expresso publicada no dia 14 de Março de 2013 com o título “As mulheres e a política: um desafio para a democracia portuguesa” podemos compreender que já existem jornalistas a querer a mulher na política, contudo não querem que estas se tornem masculinas mas sim fiéis a si próprias. Podemos ver que as mentalidades já se começam a modificar e a evoluir.

“ (...) a criação da Disney Cruella de Ville, em Cento e Um Dálmatas, a personagem que queria esfolar pequenos cachorros para fazer um casaco de pele. Estas são mulheres «más» da fantasia masculina, as vilãs cuja função é confirmar as características formais das «boas» mulheres – passividade e falta de poder, que são os atributos essenciais de qualquer mulher que queira alcançar a felicidade na ficção popular dos media.”¹⁰⁸

Logo por aí vemos que um simples filme de animação retrata as mulheres conforme a sua maldade, se estas forem más, tem poder, se não o forem são encorajadas a serem heroínas sofridas, que passam por tudo para no fim terem um final feliz. Como isto acontece nos filmes, também acontece nos media. Enquanto os homens não têm esse problema.

“Não estamos só preocupados com a forma como as mulheres são retratadas nos media ou com quantas mulheres trabalham nos media. Estamos também preocupados com o

¹⁰⁷ João Lemos Esteves, in Expresso, *As Mulheres e a política: um desafio para a democracia*, 2013 http://expresso.sapo.pt/blogues/blogue_politicoesfera/as-mulheres-e-a-politica-um-desafio-para-a-democracia-portuguesa=f793611, visualizado em 13 de Abril de 2015.

¹⁰⁸ Maria João Silveirinha (coordenação), *As Mulheres e os Media*, Livros Horizonte, 2004, p. 71.

tipo de vidas que elas levam, que estatutos têm, e que tipo de sociedade é que nós temos.”¹⁰⁹

Como o autor nos diz está preocupado com a sociedade em que vivemos neste sentido o homem é mais valorizado do que a mulher. A intensidade de captação de informação sobre homens é mais positiva do que as mulheres.

Pois:

- 37.5% dos anúncios mostraram as mulheres como os acessórios domésticos dos homens.
- 33.9% mostraram as mulheres dependentes dos homens.
- 24.3% mostraram as mulheres como submissas.
- 16.7% Mostraram as mulheres como objectos sexuais.
- 17.1% Mostraram as mulheres como seres não inteligentes.
- 42.6% Mostraram as mulheres como funcionárias do lar.¹¹⁰

Apesar de esta publicação já ser de 1975, hoje em dia as percentagens pouco mudam, contudo ainda mostram os mesmos assuntos noticiados. Comparativamente a 1975, as ideias evoluíram, contudo, nem em todos os países, são menos desenvolvidos as percentagens ainda continuam iguais.

Como podemos ver com uma notícia do jornal Expresso publicado no dia 15 de Novembro de 2015 com o título: *Os “ataques sexistas” sofridos pelas mulheres do Bloco de Esquerda nas últimas semanas são descritos pelo jornal britânico “The Guardian” como “chocantes”*:

Catarina Martins, Mariana Mortágua, Joana Mortágua e Marisa Matias. Estas são as quatro mulheres do Bloco de Esquerda que o jornal britânico “The Guardian” diz que conquistaram o “mundo machista da política portuguesa” recentemente, ao “confrontarem banqueiros e homens de negócios corruptos no parlamento e ao ganharem debates num país onde as mulheres normalmente não são incluídas na política”.

¹⁰⁹ Ibidem, p. 72.

¹¹⁰ Estudo feito por Linda J. Bubsy, *Sex role research on the mass media*, Journal of Communication (1975, Vol.25, No.4, pp.107-31).

Apesar de explicar que o Bloco de Esquerda passou por tempos difíceis nos últimos anos, perdendo apoio popular e sendo criticado por ter então dois líderes (João Semedo e Catarina Martins), o jornal acrescenta que “o partido que é equivalente ao Syriza na Grécia” teve um grande crescimento nas últimas eleições, ganhando 10% dos votos.

O bom resultado foi fruto das estratégias de Catarina Martins, que começou por ser “hostilizada” por ser uma líder do sexo feminino. “Ela passou um mau bocado. As pessoas diziam que o João Semedo era o avô e a Catarina a pequena neta”, explica a eurodeputada Marisa Matias.

O sexismo é generalizado, acrescenta Joana Mortágua (a deputada que anda descontraidamente de ténis e de tshirt, diz o “The Guardian”): “Os nossos colegas dos outros partidos tratam-nos com condescendência. Dizem sempre ‘as meninas bonitas do Bloco’”. O jornal britânico também faz referência ao machismo de alguns comentários, na televisão (referindo-se às palavras de Pedro Arroja, mas sem o nomear) e nas redes sociais, onde se pediu a Mariana Mortágua para que posasse nua na capa da revista “Playboy” e se deu uma conotação sexual ao lema de Marisa Matias para as presidenciais: “uma [mulher] por todos”.

O “The Guardian” também diz que a “figura” de Catarina Martins foi debatida pelos jornalistas, com alguns a sugerirem que a líder do Bloco estaria com um corte de cabelo mais jovem e roupas mais “femininas”. “Comecei a pintar o cabelo há vários anos, quando percebi que os cabelos brancos me davam um ar cansado. Quanto à minha roupa, tento assumir que não são assunto de debate”, diz a bloquista ironicamente. “Todos falam sobre isso em vez de falarem sobre o facto de já não existir um bloco central político em Portugal”. Como conclui o “The Guardian”: “os velhos hábitos demoram a morrer”.

Apuramos que até os jornais dos outros países neste caso o jornal “The Guardian” de Inglaterra verifica que a uma disparidade entre as notícias que são representadas nos outros países e em Portugal.

A distinção entre os *media* dos vários países é muito grande e alarmante pois, a disparidade social num meio de projecção de informação faz com que a sociedade se

veja retratada e mal influenciada. Não haverá uma evolução mental em assuntos como a política e isso é um delito para a sociedade.

Por isso ser tão importante uma paridade nos meios de comunicação pois a identidade da representação de homem e mulher amplifica uma sociedade mais justa e igualitária:

Nunca encontrei uma pessoa oca. Nunca encontrei uma vida sem significado quando se procura realmente o seu significado. É esse o perigo de dizer que não procuramos, porque foi assim que chegámos ao ponto em que sentimos que a vida não tinha qualquer significado. Bem vê, nós repudiámos tantas formas de terapia. Quer dizer, tantos de nós repudiam actualmente a filosofia, a religião ou qualquer outro padrão que nos mantinha coesos anteriormente. Repudiámos tudo. Até repudiámos a terapia da arte. Por isso não nos restou realmente mais que olhar para dentro, e os que o fazem descobrem que toda a vida tem significado porque a vida tem significado. Fomos seriamente prejudicados por pessoas que disseram que a vida era irracional e de qualquer modo não significava nada. Mas assim que começamos a olhar, descobrimos o padrão e descobrimos a pessoa. Nunca encontrei aquilo a que se poderia chamar uma pessoa totalmente oca.

Anais Nin, in "Fala Uma Mulher"

CONCLUSÃO

A contribuição das mulheres para o crescimento e desenvolvimento da sociedade tem sido relevante ao longo da história, pois, mudaram a visão distorcida e mitificada de que mulher era para viver limitadamente em casa, desempenhando apenas afazeres domésticos ou servindo de companhia para os homens nas reuniões importantes em que os mesmos participavam. Hoje, a mulher tem a sua identidade alicerçada nas conquistas e na perseverança dos seus ideais organizados e transformadores, confeccionando o direito de igualdade como um dos pilares sustentadores para uma sociedade justa.

Ao falar da relação homem e mulher é muito importante retomar o modo como as mulheres e homens eram expostos durante o processo histórico, enfatizando os desníveis existentes entre eles no âmbito social, político e económico que permaneceram durante séculos.

Podemos afirmar que o sexo é político, pois também contém relações de poder, as relações interpessoais têm uma componente de poder e hierarquia, ou seja, homens *versus* mulheres, pais *versus* filhos, brancos *versus* negros, patrões *versus* operários e hétero *versus* homossexuais.

Na Grécia antiga, a mulher ocupava uma posição equivalente à do escravo, no sentido de que tão-somente estes executavam trabalhos manuais extremamente desacreditados pelos homens livres.

A mulher era excluída do mundo do pensamento, tinha somente como objetivo ser uma agradável companheira dos homens, enquanto estes detinham o poder e impunham toda a sua superioridade.

Na Roma antiga, existia uma instituição jurídica denominada *pater familias*, pela qual era atribuído ao homem todo o poder sobre a mulher, filhos, servos e escravos.

Num discurso de Marco Pócio Catão, ele demonstra com clareza a relação de poder existente entre o sexo feminino e masculino quando diz: “os senhores sabem como são as mulheres, façam-nas suas iguais imediatamente, elas quererão subir às suas costas para governá-los.”

Somente na Gália e Germânia existiam umas exceções, em que as mulheres ocupavam um espaço semelhante ao dos homens, onde podiam participar das guerras,

conselhos tribais e ocupavam-se da agricultura e do gado. Historicamente, a maior participação da mulher na esfera extra-doméstica esteve sempre ligada ao afastamento do homem por motivo de guerra.

Na Idade Média, por exemplo, com a morte do marido, a mulher assumia o papel de mestre nas oficinas, mas a desvalorização do trabalho feminino era bem visível porque estas, apesar de exercerem a mesma função, recebiam remuneração inferior à do homem. No âmbito educacional, durante a Idade Média há registo de uma minoria de mulheres a frequentar as universidades.

Apesar da participação na vida social e económica das mulheres durante este período, eram vistos ainda como o sexo frágil e indolente, fazedoras de bordados e tocadoras de bandolins, sempre à espera de um cavaleiro.

No início da época moderna, com a consolidação do sistema capitalista, ocorre a desvalorização da força do trabalho da mulher, pois acarretava um rebaixamento do nível salarial geral. Mesmo com toda dificuldade elas lutaram por décadas, tentando alcançar o mesmo nível do sexo oposto.

Entretanto, na época contemporânea, vemos a mulher crescendo e posicionando-se no âmbito social, cultural, político e económico.

Hoje podemos presenciar mulheres a ocupar altos cargos em grandes empresas, governando países, estados ou municípios. Assim, fica claro que a relação de poder entre os sexos e a diferenciação de papéis são baseados mais em critérios sociais do que biológicos.

As mulheres têm sido agentes históricos para a mudança de atitudes, contribuem para fundamentar a participação na mudança social e política. Nesta situação vê-se um enorme impacto nas sociedades de todo o mundo.

As políticas de igualdade têm vindo a crescer, contudo são intrigantes em todos os países surgindo assim legislações anti discriminatórias para o aumento da igualdade de oportunidade. Nesta tese foi demonstrada a dificuldade que as políticas femininas tiveram para progredir contudo, têm-se notado as mudanças, tem-se vindo a reforçar uma série de transformações sociais, dando assim origem a políticas de igualdade. Tanto

os Estados como as organizações governamentais e as organizações não-governamentais estão a fomentar as redes feministas através dos seus *lobbyings*.

Com os direitos das mulheres a aumentar é natural que tudo seja modificado e melhorado tais como o desenvolvimento económico, a defesa dos direitos humanos e o desenvolvimento auto-sustentável em relação ao direito das mulheres. Desta forma os direitos humanos são encarados como plataforma de ajuda para as mulheres de forma a que as mulheres sejam tratadas igualmente tanto na política, no desenvolvimento destas. As relações sociais com a sua natureza de relação entre o Estado e a sociedade civil, o grau de autonomia do Estado. O Estado continua a ser fundamental para os direitos das mulheres pois interlocutora e coordena as políticas internas.

As mulheres são muito diversas nas suas condições de exercício da cidadania, este género refere-se a construção social da identidade sexual, demonstração de pessoas de diferentes papéis, direitos e oportunidades de acordo com a biologia de homens e mulheres. Neste sentido o Estado é usado para a construção da igualdade no entanto não é neutro em relações às desigualdades presentes na sociedade, na organização e na construção política para as mulheres. Desta forma o Estado necessita reconhecer as demandas das mulheres e admitir que existem desigualdades. Podemos ver que o Estado ainda precisa de uma grande ajuda, por exemplo na educação, nos livros didáticos que associam as mulheres a poucas atividades sociais e profissionais e atribui ao homem um amplo leque de trabalhos, valorizando apenas a mulher como doméstica e não trabalhadora. Para modificar isto, as mulheres tem vindo cada vez mais a movimentarem-se para construir uma nova ordem de relações entre homem e mulheres criando assim, uma dependência das mulheres tanto na igualdade como nas relações sociais mais injustas.

Assim, nesta reflexão, podemos ver que nos últimos anos as mulheres têm cada vez mais vindo a trabalhar fora de casa, com uma maior escolaridade e atualmente com um maior número de cargos públicos e políticos. A existência de mulheres ministras, parlamentares, governadoras, secretárias, ou mulheres em profissões tradicionalmente consideradas masculinas representa esta nova era, a era em que as mulheres são capazes de actuar em qualquer lugar da sociedade.

Antigamente, as mulheres eram usadas como sendo escravas e objetos sexuais, contudo a mulher, é um ser único que inspirou grandes pintores, grandes escritores de textos literários, grandes músicos.

Da mesma forma que podemos encontrar uma reportagem totalmente focada pela perspectiva de género numa posição diferente e desigual em relação aos homens e mulheres. Tem um tratamento discriminatório para as mulheres e repleto de estereótipos: a beleza, aparência, aptidões, relações familiares ou amorosas.

A mulher é um ser romântico, frágil e único, no entanto, não abdica da faceta de mãe, feminina, mulher, trabalhadora, capaz de contribuir para a evolução dos tempos e da nossa sociedade. A mulher não deve ser vista de maneira diferente, deve ser considerada como um ser pleno e ter os mesmos direitos que os homens. Foi a partir da Revolução Francesa, em 1789, que o papel da mulher na sociedade começou a alterar-se. A exploração e limitação dos direitos marcaram essa participação feminina e aos poucos foram surgindo movimentos pela melhoria das condições de vida, de trabalho, a participação política, o fim da prostituição, o acesso a instrução e a igualdade de direitos entre os sexos. Felizmente, podemos ver que algumas mulheres já aderiram ao mundo da política, mundo este que desde sempre envolveu apenas homens. As mulheres cada vez mais participam no mundo não só da política mas também do desporto, da saúde, da engenharia, etc.

Estamos num processo de uma revolução de informação de um mundo com uma “aldeia global” onde uma notícia proveniente da CNN é reproduzida até chegar aos fuzileiros dos EUA à Somália ou até Moscovo. Desta forma a sociedade tem progredindo e como patenteado neste trabalho tanto a Europa como Portugal foram representativos da evolução da mulher. Os avanços ocorridos fizeram com que as Mulheres passassem a ser políticas. Desta forma, até aos dias de hoje, vimos em Portugal uma primeira-ministra a ser apresentada e retratada.

Neste sentido, podemos concluir que o papel das mulheres no espaço público e nas sociedades mediatizadas tem alcançado um valor essencial na sociedade europeia e ocidental pois elas têm vindo a ser importantes agentes históricos, nas lutas por mudanças sociais e políticas.

Esta participação política, como atores colectivos, tem vindo a conquistar o poder e a terminar com as injustiças e desigualdades, baseadas nas construções de estereótipos dos papéis tradicionais nas sociedades contemporâneas.

BIBLIOGRAFIA

AMANCIO, Lúcia Barros (1994). *Masculino e Feminino - A construção social da diferença*. Edição/reimpressão:2008. Edições Afrontamento.

BANKS, Olive (1986). *Faces of feminism: a study of feminism as a social movement*. Oxford, B. Blackwell.

BETTENCOURT, Ana Maria e PEREIRA, Maria Margarida Silva (1995). *Mulheres políticas: as suas causas*. Lisboa, Quetzal Editores; Associação Ana Maria de Castro Osório.

BRAGA DA CRUZ, Ana Maria (2000). *Algumas reflexões sobre o Plano Global para a Igualdade*. Revista da Associação Portuguesa de Estudos sobre as Mulheres, n.2 e 3, Lisboa: APEM/Celta Editora

BORBA, Ângela; FARIA, Nalu e GODINHO, Tatau - organizadoras (1998). *Mulher e política: género e feminismo no Partido dos Trabalhadores*. São Paulo, Editora: Fundação Perseu Abramo.

BOURDIEU, Pierre; traduzido por KÜHNER, Maria Helena (2002). *A Dominação Masculina*. Impresso no Brasil, Editora Bertrand Brasil.

BUBSY, Linda J (1975). *Sex role research on the mass media*, Journal of Communication, Vol.25, No.4, pp.107-31.

CANÇO, Dina e SANTOS, Fernanda (2009). *Igualdade de Género em Portugal 2009*, Lisboa, Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género, Presidência do Conselho de Ministros.

CANÇO, Dina e SANTOS, Fernanda (2010). *Igualdade de Género em Portugal 2010*, Lisboa, Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género, Presidência do Conselho de Ministros.

Comissão Europeia (1998). *Igualdade de Oportunidades entre Mulheres e Homens na União Europeia - Relatório Anual 1997*. Luxemburgo: Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias.

CRUZ, Manuel Braga (1998), *Sobre o Parlamento português: partidarização parlamentar e parlamentarização partidária*, *Análise Social*, VOL.XXIV, Lisboa, ICS, pp.97-126.

CRWFORD, Mary e UNGER, Rhoda (2004). *Women and Gender: A Feminist Psychology*. Nova Iorque, Publicado por McGraw-Hill, Higher Education.

DEACON, Bob (1997). *Global social policy: internacional organizations and the future of Welfare*. University of Sheffield, UK, SAGE Publications.

DUNCAN, Simon (1996). *Obstacles to a successful equal opportunities policy in the European Union*. *European Journal of Women's Studies*, University of Bradford, UK, SAGE Publications.

ESPADA, Isabel; VASCONCELLOS, Graça e COUCELLO, Ana (2002). *Género e comportamento eleitoral. O eleitoral português e a actividade política das mulheres*. Lisboa, Instituto de Estudos para o Desenvolvimento.

FERREIRA, Virgínia (1999). *A segregação sexual do Mercado de trabalho: perspectivas teóricas e políticas*. *Revista Sociedade e Trabalho*, N.º.6. Lisboa: Ministério do Trabalho e da Sociedade.

FERREIRA, Virgínia (novembro 1998/ fevereiro 1999). *Os paradoxos da situação das mulheres em Portugal*. Coimbra, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, N.º 52/53.

FERREIRA, Virgínia (2000). *Os direitos das mulheres na agenda política global: o papel de algumas organizações transnacionais*. Lisboa, *Revista da Associação Portuguesa de Estudos sobre as Mulheres*, N.º 2-3.

FRANCESCHET, Susan (2003). "*State feminism" and Women's Movements: The Impact of Chile's Servicio Nacional de la Mujer on Women's Activism*. Publicado por Latin American Research Review, vol.38.

FRASER, Nancy (2000). *A luta pelas necessidades: esboço de uma teoria crítica socialista-feminista da cultura política do capitalismo tardio*. São Paulo/México, Debate Feminista, Cidadania e Feminismo, Edição Especial em Português.

FREIRE, André (1998), *Lógica de recrutamento parlamentar: Os Deputados Portugueses, 1975-1999*, Dociologia Problemas e Práticas, 28, pp. 115-148.

GALLAGHER, M (2006), *Prespetiva feministas sobre os media, ex aequo-* Revista da Associação Portuguesa de Estudos sobre as Mulheres, SILVEIRINHA, M. J. (Org.). Nº 14, Porto: Edições Afrontamento, 35-43.

GELB, Joyce (1989). *Feminism and politics: a comparative perspective*. Berkeley, University of Clifornia Press.

GUZMÁN, Virgínia (2000). *A equidade de género com tema de debate e de políticas*. São Paulo, Cadernos Sempre viva.

HIRATA, Helena (2002). *Nova divisão sexual do trabalho? Um olhar voltado para a empresa e a sociedade*. São Paulo, Boitempo, Coleção Mundo do Trabalho.

LACIKUNZLER, Maria (2011). *Representação política: histórica cultural; direitos da mulher*. In, HELER, Ana Paula. *Mulher e Mídia: uma análise do enquadramento de políticas públicas femininas nos jornais folha de S.Paulo e gazeta do povo de 2005 a 2008*. Curitiba.

LAURETIS, Teresa de (1994). *A tecnologia do género*. In, HOLLANDA, Heloíse Buarque de. *Tendência e impasses – O feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro: Rocco Editora.

LISBOA, Manuel Gaspar Silva; FRIAS, Graça; ROQUE, Ana e CEREJO, Sara Dalila Aguiar (2006). *Participação das Mulheres nas Elites Políticas e Económicas no Portugal Democrático (25 de Abril de 1974 a 2004)*. Revista da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, 18, pp.155-179.

MARTINS, Carla Isabel Agostinho, (2013), *Mulheres, política e visibilidade mediática. As lideranças de Maria de Lourdes Pintasilgo e de Manuela Ferreira Leite*, Tese de Doutoramento em Ciências da Comunicação – área de especialização em Estudos dos Media e do Jornalismo, Faculdade de ciências Sociais e Humanas, Universidade de Lisboa.

MARTINS, Manuel Meirinho e TEIXEIRA, Conceição Pequito (2005). *O funcionamento dos Partidos e a participação das mulheres na vida política e partidária em Portugal*. Lisboa, Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres.

MIGUEL, Luís Filipe e FEITOSA, Fernanda (2009). *O Género do Discurso Parlamentar: Mulheres e Homens na tTribuna da Câmara dos Deputados*. Rio de Janeiro, Dados - Revista de Ciências Sociais, vol.52, pp.202-221.

MÚRIAS, Cláudia Maria Lima Vieira dos Santos (2005). *Representações Sociais da Política, das Mulheres Políticas e dos Homens Políticos: Implicações na Fraca Participação Política das Mulheres*. Tese de Mestrado, Faculdade de Psicologia e de Ciência da Educação da Universidade do Porto.

Nash, Mary (2005) *As Mulheres no Mundo. História, desafio e movimentos*, Tradução Liliana Roma Pereira, Editora Ausência, Gaia.

PERROT, Michelle (1995). *As mulheres e a história*. Lisboa, Dom Quixote.

SANTOS, José Hipólito dos (2009). *O Desenvolvimento e a Mulher: Um Outro mundo é possível*. Lisboa, Editor: SEIES.

SANTOS, Maria Helena (2010). *Género e Política. Factores Explicativos das Resistências à Igualdade*. Tese de doutoramento, Lisboa, ISCTE-IUL.

SANTOS, Maria Helena e AMÂNCIO, Lúcia (2010). *A Competência Política, a Desigualdade de Género e as Medidas de Acção Positiva: uma questão “Natural” ou de Competências?*. *Psicologia*, Vol.XXIV, pp.117-140.

SILVA, Manuel (1999). *A igualdade de género: caminhos e atalhos para uma sociedade inclusiva*. Lisboa, Comissão Para a Igualdade e para o direito das mulheres.

SILVEIRINHA, Maria, João, VIDIGAL(2004). *As Mulheres e os Media*. Lisboa, Livros Horizonte.

SILVEIRINHA, Maria João (2009). *De como tanto mudou e como tanto ficou na mesma, Media & Jornalismo*, nº15, volume 8, nº2, 7-11

SILVEIRINHA, Maria João (2009). *Esferas públicas, media e acção feminista. Media & Jornalismo*, nº15, volume 8, nº2, 55-73

SILVERINHA, Maria João (2006). *Representações Mediáticas de Mulheres. Ex aequo – Revista da Associação Portuguesa de Estudos sobre as Mulheres*. Nº14

SOUSA, M. R. (1986). *As primeiras deputadas portuguesas. A Mulher na Sociedade Portuguesa. Visão Histórica e Perspectivas Actuais (Actos do colóquio 20-22 de Março 1985)*.

Instituto de História Económica e Social. Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 427-444.

SOUZA-LOBO, Elisabeth (1999). *A classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência*. São Paulo, Brasiliense.

SANTOS, Boaventura de Sousa (2013). *Pela mão de Alice: o Social e o Político na Pós-Modernidade*. Coimbra, Edições Almedina.

STETSON, Dorothy M.; MAZUR, Amy G. e MCBRIDE, Dorothy E. (1995). *Comparative state feminism*. Thousand Oaks, SAGE Publications.

TAVARES, A. (2010). *Maria de Lourdes Pintasilgo Primeira-Ministra do V Governo Constitucional. Em busca das reacções na imprensa. Ex aequo – Revista da Associação Portuguesa de Estudos sobre as Mulheres*, n21, 77-106.

TEIXEIRA, Catarina Filipa de Oliveira (2013), *O Impacto das Mulheres na Vida Política: a Candidatura de Maria de Lourdes Pintasilgo às Eleições Presidenciais de 1986*, Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em Ciências Políticas, Covilhã.

TRAQUINA, N. (2002). *Jornalismo*. Lisboa: Quimera Editores.

TUCHMAN, G. (2004) A aniquilação simbólica das mulheres pelos meios de comunicação de massas. *As Mulheres e os Media*. M.J. Silveirinha (Coord.). Lisboa: Livros Horizontes, 139-153.

VIEGAS, José Manuel Leite e FARIA, Sérgio (2001). *As mulheres na política*. Oeiras, Celta Editora.

WEBGRAFIA

ÁLVARES, Cláudia. *Feminismo e Representação Discursiva do Feminino: a Presença do Outro na Teoria e na Prática*. Universidade Lusófona de Humanidade e Tecnologia,

<http://www.bocc.ubi.pt/pag/alvares-claudia-feminismo-representacao-discursiva-feminino.pdf>,
visualizado em 30 de março de 2015.

AMORIM, Neusa. *Mulher na sociedade: A conquista ao longo dos tempos*.

<http://agermano.skyrock.com/2339587531-Mulher-na-sociedade-A-conquista-ao-longo-dos-tempos.html>,
visualizado em 28 de outubro de 2014.

AVELAR, Lúcia (2002). *Mulher e política: o Mito da Igualdade, Social-democracia brasileira*.

http://ww1.psdb.org.br/psdb_antigo/Partido/itv/revista/revista_02/p4054_mulher.pdf,
visualizado em 28 de outubro de 2014.

BADEN, Sally (1993). *The impact of recession and structural adjustment on women's work in selected developing countries*. BRIDGE (development - gender), report No.15. Institute of Development Studies University of Sussex, Brighton,UK.

(19/11/2015)<http://www1.aucegypt.edu/src/macroeconomics/PDFS/re15c.pdf>, visualizado em
28 de outubro de 2014

BADEN, Sally (1993). *The impact of recession and structural adjustment on women's work in selected developing countries*. BRIDGE (development - gender), report No.15. Institute of Development Studies University of Sussex, Brighton,UK.

(19/11/2015)<http://www1.aucegypt.edu/src/macroeconomics/PDFS/re15c.pdf>, visualizado em
28 de outubro de 2014

BACCHI, Carlo Lee (1996). *The Politics of Affirmative Action: 'Women', Equality and Category Politics*. London, Thousand Oaks and New Delhi, SAGE Publications.

https://books.google.pt/books?id=XMNRLmmofmsC&printsec=frontcover&hl=pt-PT&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false

Site: BETA VEJA.COM. *Austeridade: Merkel repete a mesma roupa há 18 anos*. Notícia publicada a 06/08/2014. <http://veja.abril.com.br/noticia/mundo/austeridade-merkel-repete-a-mesma-roupa-ha-18-anos/>, visualizado em 3 de maio de 2015.

Site: BIO. *Angela Merkel Biography*. <http://www.biography.com/people/angela-merkel-9406424>, visualizado em 3 de agosto de 2015.

Site: BIO. *Benazir Bhutto Biography*. <http://www.biography.com/people/benazir-bhutto-9211744>, visualizado em 3 de agosto de 2015.

Site: BIO. *Corazon Aquino Biography*.

<http://www.biography.com/search?query=corazon%20aquino>, visualizado em 3 de agosto de 2015.

Site: BIO. *Indira Gandhi*. <http://www.biography.com/search?query=Indira%20Gandhi>, visualizado em 3 de agosto de 2015.

Site: BIO. *Margaret Thatcher Biography*. <http://www.biography.com/people/margaret-thatcher-9504796#early-foray-into-politics>, visualizado em 3 de agosto de 2015.

Site: BIO. *Vigdís Finnbogadóttir Biography*.

<http://www.biography.com/people/vigd%C3%ADs-finnbogad%C3%B3ttir-37420>,

visualizado em 3 de agosto de 2015.

BIROLI, Flávia. *Mulheres e política nas notícias: Estereótipos de gênero e competência política*. <http://rccs.revues.org/1765>, visualizado em 7 de setembro de 2014.

BORSA, Juliane Callegaro e FEIL, Cristiane Friedrich. *O papel da mulher no contexto familiar: uma breve reflexão*. Portal dos Psicólogos, 2008. <http://www.psicologia.pt/artigos/textos/A0419.pdf>, visualizado em 27 de abril de 2015.

CENTER. *International Women's Democracy, Women in Politics: a Timeline.*

<http://www.iwdc.org/resources/timeline.htm>, visualizado em 22 de março de 2015.

CERQUEIRA, Carla Braga. *A imprensa e a Perspectiva de Género. Quando elas são notícia no Dia Internacional da Mulher.* Universidade do Minho, <http://obs.obercom.pt/index.php/obs/article/viewFile/101/153>, visualizado em 30 de março de 2015.

COELHO, Zara Pinto e RIBEIRO, Silvana Mota. *O acesso das mulheres ao discurso da imprensa portuguesa.* Universidade do Minho, <http://www.sopcom.pt/actas/coelho-ribeiro-acesso-mulheres-discurso-imprensa-portuguesa.pdf>, visualizado em 22 de março de 2015.

COSTA, Ana Alice (2008). *Género, poder e empoderamento das mulheres.* http://www.adolescencia.org.br/empower/website/2008/imagens/textos_pdf/Empoderamento.pdf, visualizado em 5 de agosto de 2015.

CITE. *Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego.* <http://www.cite.gov.pt/>, visualizado em 14 de junho de 2015.

CRUZ, Sabrina Uzêda da. *A representação da mulher na mídia: um olhar feminista sobre as propagandas de cerveja.* http://www.direitoacomunicacao.org.br/index2.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=367&Itemid=99999999, visualizado em 27 de junho de 2015.

EL-HANI, Charbel Niño (1996). *Diferenças entre homens e mulheres: biologia ou cultura?* Revista USP, São Paulo, Março/Maio <http://www.usp.br/revistausp/29/22-charbel.pdf>, visualizado em 27 de junho de 2015.

EUR-LEX. *Acesso ao direito da União Europeia, Instituto Europeu para a Igualdade de Género.*

http://europa.eu/legislation_summaries/employment_and_social_policy/equality_between_men_and_women/c10938_pt.htm, visualizado em 28 de outubro de 2014.

FERREIRA, Virgínia (2010). *A igualdade de mulheres e homens no trabalho e no emprego em Portugal- Políticas e Circunstâncias*. Comissão para a igualdade no trabalho e no emprego.

http://www.cite.gov.pt/asstscite/downloads/publics/Igualdade_CITE_NET.pdf, visualizado em 29 de outubro de 2014.

FOUNDATION, *Mary Robinson. Mary Robinson, Chair of the Board of Trustees.*

<http://www.mrfcj.org/about/board/mary-robinson.html>, visualizado em 3 de agosto de 2015.

Fundo Social Europeu- investimentos nas pessoas,

http://www.igfse.pt/st_glossario.asp?startAt=2&categoryID=307&newsID=1846&offset=0, visualizado em 10 de novembro de 2015

GATEWIT. *O que fazemos.* <http://www.gatewit.com/pt/sobre-nos/quem-somos/o-que-fazemos/>, visualizado em 14 de junho de 2015.

GENTEQUEEDUCA *Os fatos históricos que marcaram as conquistas das mulheres.*

<http://revistaescola.abril.com.br/fundamental-2/fatos-historicos-conquistas-dia-da-mulher-735607.shtml#ad-image-0>, visualizado em 28 de outubro de 2014.

GODINHO, Tatau e SILVEIRA, Maria Lúcia. *Políticas públicas e igualdade de género*. São Paulo, <http://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/05630.pdf>, visualizado em 14 de maio de 2015.

GROSSI, MíriamPillar e MIGUEL, Sônia Malheiros (2001). *Transformando a diferença: as mulheres na política*, Revista Estudos Feministas, Vol.9, Florianópolis.

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2001000100010,
visualizado em 25 de janeiro de 2015.

GI –MUNDO (2013). *Margaret Thatcher morre na Inglaterra*.

<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2013/04/margareth-thatcher-morre-na-inglaterra.html>,
visualizado em 3 de agosto de 2015.

HEROES, Women. *Agatha Barbara*.

http://myhero.com/hero.asp?hero=Barbara_memorial_ms_06_ul, visualizado em 3 de agosto de
2015.

ICELAND, The President. *Vigdís Finnbogadóttir*.

<http://english.forseti.is/FormersPresidents/VigdísFinnbogadóttir/>, visualizado em 3 de agosto de
2015.

In Público, Autárquicas: Lei da Paridade violada por quase todos os partidos em todo o país,
2009, [http://www.publico.pt/politica/noticia/autarquicas-lei-da-paridade-violada-por-quase-
todos-os-partidos-em-todo-o-pais-1400358](http://www.publico.pt/politica/noticia/autarquicas-lei-da-paridade-violada-por-quase-todos-os-partidos-em-todo-o-pais-1400358), visualizado em 10 de dezembro de 2015

JN (2013). *Margaret Thatcher foi “Dama de Ferro” até ao fim*.

http://www.jn.pt/PaginaInicial/Mundo/Interior.aspx?content_id=3154667, visualizado em 3 de
agosto de 2015.

JORNALISMO, Centro de Investigação Media, Revista Media e Jornalismo nº5 – *As mulheres
e os media*.

[http://www.cimj.org/index.php?option=com_content&view=article&id=50:media-a-jornalismo-
no-5-as-mulheres-e-os-media&catid=7:numero-da-revista](http://www.cimj.org/index.php?option=com_content&view=article&id=50:media-a-jornalismo-no-5-as-mulheres-e-os-media&catid=7:numero-da-revista), visualizado em 30 de março de 2015.

JUSBRAZIL. *A evolução da Mulher*.

<http://pge-go.jusbrasil.com.br/noticias/1012707/a-evolucao-da-mulher>, visualizado em 28 de outubro de 2014.

KORNELIUS, Stefen (2013). *Angela Merkel: The Chancellor and Her World, United Kingdom*. Alma Books, <http://www.almabooks.com/excerpts/Angela-Merkel-Excerpt.pdf>, visualizado em 27 de abril de 2015.

LISBOA, Manuel; DIAS, Ana Lúcia Teixeira; ROQUE, Ana; BARROSO, Zélia, FAVITA, Andreia; CEREJO, Dalila e PATRÍCIO, Joana. *Sistema Integrado de Informação e Conhecimento*, Relatório, Abril de 2010, http://www.cig.gov.pt/siic/pdf/2014/siic-SIIC_TD_e_VD_Corrigido.pdf, visualizado em 17 de junho de 2015.

MANO, MaíraKubík. *Conquista na luta e no luto, História Viva*.

http://www2.uol.com.br/historiaviva/reportagens/conquistas_na_luta_e_no_luto_imprimir.html, visualizado em 14 de março de 2015.

MECEDO, Macedo e SANTOS, Sofia (2009). *Apenas mulheres? Situação das mulheres no mercado de trabalho em quatro países europeus*. Universidade do Porto, http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?pid=S0874-55602009000100011&script=sci_arttext visualizado em 12 de dezembro de 2014.

MIRANDA, Cynthia Mara. *Os movimentos feministas e a construção de espaços institucionais para a garantia dos direitos das mulheres no Brasil*.

http://www.ufrgs.br/nucleomulher/arquivos/os%20movimentos20feministas_cynthia.pdf, visualizado em 23 de janeiro de 2015.

MULHERES. *Os direitos Humanos através de um olhar sensível ao género empoderamento das, Direitos Humanos das Mulheres.* <http://www.fd.uc.pt/hrc/manual/pdfs/E.pdf>, visualizado em 22 de março de 2015.

OLIVEIRA, Rogildo de. *A mulher no século XIX.* <http://www.recantodasletras.com.br/artigos/3511571>, visualizado em 23 de janeiro de 2015.

PEÇA, Marta Pires Machado Costa (2010). *Os movimentos de mulheres em Portugal. Uma análise da noticiabilidade na imprensa portuguesa.* Dissertação de Mestrado em Sociologia, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra. <https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/12644/1/Marta%20Peca%20-%20Os%20movimentos%20de%20mulheres%20em%20Portugal..pdf>, visualizado em 12 de fevereiro de 2015.

PEREIRA, Ana Fonseca. *Morreu Margaret Thatcher, in Público*, 2013.

<http://www.publico.pt/mundo/noticia/morreu-a-antiga-primeiraministra-inglesa-margaret-thatcher-1590539>, visualizado em 3 de agosto de 2015.

PHILIPP, Peter. *1969: Golda Meir assume como primeira ministra de Israel.* In *Made for minds* <http://www.dw.com/pt/1969-golda-meir-assume-como-primeira-ministra-de-israel/a-781870>, visualizado em 3 de agosto de 2015.

PORTUGAL. *Caderno Prático para a integração da igualdade de Género na Cáritas em, Porque é importante falar em igualdade de género actualmente?*

http://www.cite.gov.pt/asstscite/downloads/caritas/CadernoCaritas_Fasciculo_I.pdf, visualizado em 12 de janeiro de 2015.

POESCHL, Gabrielle; MÚRIAS, Cláudia e COSTA, Eleonora (2004). *Desigualdades sociais e representações das diferenças entre os sexos.* *Análise Social*, vol. XXXIX,

<http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1218705629R1iQI7wq9Bv48JE3.pdf>, visualizado em 12 de janeiro de 2015.

PRADO, Luís Alberto. *As conquistas femininas ao longo da História*.

http://www.multirio.rj.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=116&catid=23&Itemid=118, visualizado em 28 de outubro de 2014.

PÚBLICO (2007). *Benazir Bhutto assassinada durante comício político*.

<http://www.publico.pt/mundo/noticia/benazir-bhutto-assassinada-durante-comicio-politico-1314970>, visualizado em 3 de agosto de 2015.

RAFAEL, Gina Guedes (2011). *A leitura feminina na segunda metade do século XIX em Portugal: Testemunhos e problemas*. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade de Lisboa, <http://run.unl.pt/bitstream/10362/6015/2/gina.pdf>, visualizado em 23 de janeiro de 2015.

RAVELO, Cheryl. *Ex-Presidente filipinas Corazón Aquino morre aos 76 anos*. In Público. <http://www.publico.pt/mundo/noticia/expresidente-filipina-corazon-aquino-morre-aos-76-anos-1394216>, visualizado em 3 de agosto de 2015.

RELATÓRIO sobre o desenvolvimento mundial de 2012. *Igualdade de género e desenvolvimento*.

<http://siteresources.worldbank.org/INTWDR2012/Resources/7778105-1299699968583/7786210-1315936231894/Overview-Portuguese.pdf>, visualizado em 23 de março de 2015.

RIBEIRO, Arilda Inês Miranda (1996). *Algumas reflexões sobre a educação das mulheres no século XIX*. Revista Nuances- Vol. II.

<http://revista.fct.unesp.br/index.php/Nuances/article/viewFile/38/33>, visualizado em 23 de Janeiro de 2015.

SALE History For. *President Agatha Barbara*.

<http://www.historyforsale.com/html/prodetails.asp?documentid=263607&start=1&page=151>, visualizado em 3 de agosto de 2015.

SANTANA, Anabela Maurício (2010). *Mulher Mantenedora/Homem chefe de Família: uma questão de género e poder*. Itabaiana: GEPIADDE, Ano4, vol.8.

http://200.17.141.110/periodicos/revista_forum_identicidades/revistas/ARQ_FORUM_IND_8/FORUM_V8_05.pdf, visualizado em 23 de janeiro de 2015.

SANTOS, Helena e AMÊNCIO, Lígia. *Género e Política: Análise sobre as resistências nos discursos e nas práticas sociais face à Lei da Paridade*.

<http://www.scielo.gpeari.mctes.pt/pdf/spp/n68/n68a04.pdf>, visualizado em 23 de abril de 2015.

SANTOS, Maria José Moutinho. *Perspectiva sobre a situação da mulher no século XVIII*.
<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/6529.pdf>, visualizado em 27 de abril de 2015.

SANTOS, Sofia e MACEDO, Eunice (2009). *Apenas mulheres? Situação das mulheres no mercado de trabalho em quatro países europeus*. Universidade do Porto.

http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?pid=S0874-55602009000100011&script=sci_arttext, visualizado em 27 de abril de 2015.

SARMENTO, Rayza (2013). *Mídia, Género e Política: Breve Mapeamento de Horizontes Analíticos*. Estudos em Comunicação, Sociedade e Cultural, Vol.2, Nº5.

<http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs/index.php/acaomidiatica/article/viewFile/32002/21287>, visualizado em 27 de junho de 2017.

SEGUNDO, Último. *Dilma Vana Rousseff*.

<http://ultimosegundo.ig.com.br/dilma-rousseff/53e8e018a5fea40938000077.html>, visualizado em 3 de agosto de 2015.

SILVA, Carla da. *A desigualdade imposta pelos papéis de homem e mulheres: uma possibilidade de construção da igualdade de género*.

http://www.unifia.edu.br/projetorevista/artigos/direito/20121/desigualdade_imposta.pdf, visualizado em 22 de março de 2015.

SILVA, Elisabeta. *Mais mulheres em cargos Políticos*. DN Portugal, 15 de Maio de 2010. http://www.dn.pt/inicio/portugal/interior.aspx?content_id=1570542, visualizado em 5 de março de 2015.

SILVEIRINHA, Maria João. *O discurso feminista e os estudos dos media: em busca da ligação necessária*, Universidade de Coimbra.

<http://www.bocc.ubi.pt/pag/silveirinha-maria-joao-discurso.pdf>, visualizado em 23 de julho de 2015.

TAVARES, Maria Manuela Paiva Fernandes (2008). *Feminismos em Portugal (1947-2007)*. Doutoramento em Estudos sobre as Mulheres, Universidade Aberta, <https://repositorioaberto.uab.pt/bitstream/10400.2/1346/1/Tese%20de%20doutoramento%20Manuela%20TavaresVF.pdf>, visualizado em 23 de maio de 2015.

TEIXEIRA, Nírcia Ribas Borges e VALÉRIO, Maristela S. *A “nova” mulher: o estereótipo feminino representado na revista Nova/ Cosmopolitan*.

<http://www.revistas.univerciencia.org/index.php/versoereverso/article/viewArticle/5758/5216>, visualizado em 30 de março de 2015.

THEGUARDIAN. *Ronald Reagan's 1983 telephone apology to Margaret Thatcher over Grenada invasion.*

<http://www.theguardian.com/us-news/video/2014/nov/10/ronald-reagan-apologises-margaret-thatcher-grenada-audio>, visualizado em 3 de agosto de 2015.

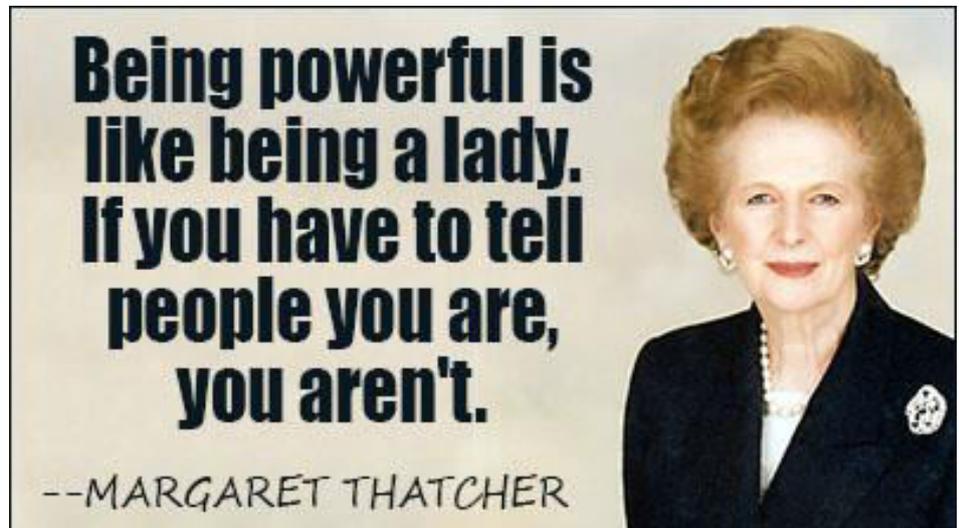
TIMES, Epoch. *População chinesa sofre de grave desproporção entre os sexos.* Publicado em 25 de junho de 2012. <https://www.epochtimes.com.br/populacao-chinesa-sofre-de-grave-desproporcao-entre-os-sexos-2/#.VaRIKUZRi8J>, visualizado em 23 de março de 2015.

WOMEN'S. *European, Europeendes Femmes.* <http://womenlobby.org/about-us/?lang=en>, visualizado em 15 de junho de 2015.

ANEXOS

a) ANEXO 1 – MARGARETH THATCHER

A dama de ferro como ficou conhecida, foi a primeira mulher a chegar ao cargo de primeira-ministra da Grã-Bretanha e esteve no poder durante 11 anos. Nascida em Outubro de 1925 em Inglaterra, foi casada com um executivo da indústria do petróleo. Por engraçado que pareça esta assumiu o poder quando o mundo estava a sair de uma crise petrolífera e ainda nervos em relação a Guerra Fria.



1 Fonte -http://www.notable-quotes.com/t/margaret_thatcher_quote_3.jpg

Foi no meio dessa confusão toda que a líder do Partido Conservador chegou ao poder de um dos países mais importantes do mundo em 1979 depois de se especializar em direito tributário na década de 50, ser eleita para Câmara dos Comuns em 1959, tornar-se Secretária de Estado para Assuntos Sociais em 1961 e Ministra da Educação no governo de Edward Heath nos anos 70 a quem sucedeu na direcção do Partido Conservador. Margaret Thatcher adoptou um modelo de governo que seria o precursor do chamado, mais tarde, de neoliberalismo e teve definida sua maneira de governar como autoritária sendo acusada depois de não levar em conta a situação dos desempregados durante seu governo.

Contudo, após 11 anos de poder renunciou o seu cargo pois estava cansada pois perdera o apoio político externo dos EUA e pelos ataques terroristas que a tentavam matar. No entanto a Dama de Ferro não era assim tão de ferro e após vários acidentes vasculares cerebrais, um tumor na bexiga morre em 8 de Abril de 2013 enquanto dormia na sequência de um acidente vascular cerebral.

“ A antiga primeira-ministra britânica, Margaret Thatcher, morreu nesta segunda-feira, aos 87 anos, em resultado de um acidente vascular cerebral. A revista

Time considerou-a uma das cem figuras mais influentes do século XX, e poucos britânicos discordarão da sua presença na selectiva lista, mesmo os mais atingidos pela cura de austeridade que a Dama de Ferro aplicou como remédio ao declínio económico do Reino Unido. Mulher de convicções fortes, impôs a sua “revolução conservadora” ao país, criando uma era a que emprestou o nome.

*Margaret Thatcher foi a primeira (e única) primeira-ministra da velha Albion, quando a presença de mulheres no cargo era ainda um facto estranho – só não foi pioneira porque antes dela houve “gigantes” como Indira Ghandi e Golda Meir.”*¹

¹ <http://www.publico.pt/mundo/noticia/morreu-a-antiga-primeiraministra-inglesa-margaret-thatcher-1590539>

b) ANEXO 2 - Mary Robinson

Mary Therese Winifred Robinson nasceu em Maio de 1944 na Irlanda. Foi a primeira mulher presidente na Irlanda (1990-1997) e Alta Comissária das Nações Unidas para os Direitos Humanos (1997-2002).

É destinatária de inúmeros prémios e honrarias em todo o mundo, incluindo a Medalha Presidencial da Liberdade do presidente Obama. Ela atua em vários conselhos, incluindo a Fundação Climática

Europeia, a Fundação Mo Ibrahim, e é membro da Real Academia Irlandesa e da American Philosophical Society.

- Presidente da Irlanda 1990-1997
- Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos 1997-2002
- Reformador Institucional: trouxe a agenda de direitos humanos para o núcleo de actividades das Nações Unidas
- Enviado Especial para a Região dos Grandes Lagos da África 2013-2014 do Secretário-Geral das Nações Unidas
- Actual Enviado das Nações Unidas sobre Mudança do Clima

“Quando Nelson Mandela trouxe-nos juntos, como pessoas idosas, ele fez isso na crença de que juntos somos mais fortes, que a mudança acontece quando as pessoas tomam colectivamente acção para tornar o nosso mundo um lugar melhor.”²



2 Fonte:

http://www.southbankcentre.co.uk/sites/default/files/imagecache/production_main_image/images/11_mary_robinson.jpg

² Mary Robinson in <http://theelders.org/mary-robinson>

c) ANEXO 3 - Angela Merkel

Angela Dorothea Merkel nasceu em Hamburgo em 1954. A infância de Merkel foi passada numa pequena localidade da Alemanha Oriental, chamada Templin, onde o seu pai era um pastor luterano. A sua mãe foi afiliada do Partido Social-Democrata da Alemanha, o que terá contribuído para o gosto pela política de Angela Merkel. A sua rotina era sobretudo preenchida com a leitura, a oração e a jardinagem, hábitos simples e próprios da vida no campo. Como a maioria dos alunos, Merkel foi membro do movimento juvenil oficial de orientação socialista Juventude Livre Alemã.

Em 1989, Merkel se envolveu no crescente movimento democrático após a queda do Muro de Berlim, juntando-se ao novo partido Despertar Democrático. Após a primeira (e única) eleição democrática do Estado da Alemanha Oriental, tornou-se a porta-voz adjunta do novo governo interino pré-unificação liderado por Lothar de Maizière.



3 Fonte -

<https://refugeeresettlementwatch.files.wordpress.com/2015/08/angela-merkel-austerity-europe-germany.jpg>

Na sua vida pessoal, Angela Merkel sempre foi bastante discreta. Casou-se em 1977, com Ulrich Merkel, também ele, estudante de física, adoptando o seu sobrenome. Os dois divorciaram-se em 1982. Pouco depois começou a viver com Joachim Sauer, professor de física quântica, com quem se casaria em 1998, numa cerimónia discreta. Angela Merkel não tem filhos.

Em 1990, o poderoso e influente Helmut Kohl, então Chanceler alemão escolheu-a para Ministra da Mulher e da Juventude. Em 1994, ganhou uma posição de maior destaque ao tornar-se Ministra do Ambiente e da Segurança Nuclear. Em 1998, o

governo de Kohl é derrotado, e Angela Merkel torna-se Secretária-Geral da CDU (União Democrata Cristã).

Nas eleições para a liderança do partido, realizadas a 10 de Abril de 2000, Angela Merkel conseguiu a vitória, espantando os analistas políticos. Ninguém esperava ver uma mulher protestante e oriunda do norte da Alemanha conquistar a liderança de um partido tradicionalmente masculino, conservador, com raízes católicas e sediado sobretudo no sul.

Nas eleições realizadas em 18 de Setembro de 2005, Merkel finalmente conseguiu liderar o seu partido, na tentativa de destronar o Partido Social Democrata da Alemanha (SPD), de Schröder, do poder. Após três semanas de negociações ambos os partidos concordaram em estabelecer uma grande coligação, a qual fez com que Angela Merkel se tornasse a primeira mulher Chanceler da Alemanha.

Em Setembro de 2013 sua coligação venceu por ampla maioria as eleições legislativas, sem contudo obter a maioria absoluta que lhe permitiria formar um terceiro mandato sem outras coligações

“Sabemos quais são os trabalhos de casa que temos de fazer no âmbito político. Aqui se inclui, por um lado, que cada país cumpra com as suas responsabilidades e implemente as reformas necessárias.”³

³ http://www.mensagenscomamor.com/frases-de-famosos/frases_angela_merkel.htm